MARIA OLÍMPIA BEATRIZ SANTOS

**(DES) ENCONTROS E (RE) ENCONTROS
NA RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA**

**Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC
Barbacena – 2006**

Maria Olímpia Beatriz Santos

**(DES) ENCONTROS E (RE) ENCONTROS
NA RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação e Sociedade da Universidade Presidente Antônio Carlos como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto Silva

**Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC
Barbacena – 2006**

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Dissertação intitulada “(DES) ENCONTROS E (RE) ENCONTROS NA RELAÇÃO FAMÍLIA – ESCOLA”, de autoria da mestrandia Maria Olímpia Beatriz Santos, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professor Dr. José Gilberto Silva (orientador)
UNIPAC/ Barbacena

Professora Dr^a Sônia Maria de Souza
UNIPAC

Professor Dr. Silvio Firmo do Nascimento
UNIPAC

Professor Dr. Sebastião Rogério
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Barbacena, 16 de Novembro de 2006.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles, que têm sonho, garra e coragem para registrar sua página na história da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente á Deus, nosso impulso maior.

Ao Professor José Gilberto, meu orientador, pelo incentivo e empenho na orientação acadêmica que foi fundamental para a realização deste trabalho.

Ao Professor Sebastião Rogério pela atenção e compreensão.

Aos meus pais Luís e Maria, e aos meus irmãos Anderson, Laura e Lucimara pelo carinho, apoio e colo nas horas difíceis.

Aos meus amigos e companheiros nesse mestrado: Márcio, Joelma, Cida e Nelci, pelo companheirismo e tolerância no decorrer desta caminhada.

À amiga Liliane e todos da Unipac/Porteirinha pelo incentivo.

À sempre querida Joelma, que além de ser colega no mestrado, revelou-se uma irmã que eu não imaginava ter.

Aos meus alunos, a escola pesquisada, aos amigos e a todas as pessoas que de algum modo contribuíram para a vitória desta etapa.

Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente *vivendo*, histórica, cultural e socialmente *existindo*, como seres fazedores de seu “caminho” que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao “caminho” que estão fazendo e que assim os refaz também.

(FREIRE, 1992, p.97)

RESUMO

O presente estudo é o resultado da investigação do porquê da escola desejar tanto a participação da família e qual é o nível de participação que a escola está preparada para realizar.

A questão básica proposta por este trabalho foi: Investigar qual a relação existente entre o discurso de participação da família na escola e a realidade vivenciada nela. Por que as escolas solicitam tanto a participação da família? Quais os fatores que impedem a participação da família na escola? E a família? Deseja participar da vida da escola?

A opção metodológica deste estudo foi uma abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram um grupo formado pelos pais e outro pelos profissionais da escola e o instrumento metodológico utilizado foi a entrevista semi-estruturada.

Através da análise dos dados coletados nas entrevistas, conseguimos perceber o quanto a escola e a família acreditam um no outro e realmente pensam que unidos podem resolver muitos problemas relacionados à aprendizagem da criança. Com esta análise procuramos desvelar os significados que a relação entre escola e família tem para cada um dos grupos envolvidos.

O desafio para a escola e para a família está em estabelecer o diálogo em suas relações. A escola compreendendo as necessidades das famílias dos seus alunos e as famílias entendendo os dilemas impostos hoje à escola. Temos muito caminho a percorrer, embora já tenhamos andado muito.

Palavras- chave: relação Família-Escola, concepções de Escola, relação pais-professores, parceria na Escola.

ABSTRACT

The present study is the result of the investigation of the reason of the school to want so much the family participation and which is the participation level that the school is prepared to accomplish.

The basic issue proposed by this work was: investigating which the existent relationship among the discourse of the family participatio in the school and the reality lived in it. Why do the schools request so much the participation of the family? Which do the factors that impede the participation of the family in the school? And the family? Does it want to participate in the school life?

The methodological option of this study was a qualitative approach. The subject of the research were a group formed by the parents and another formed by the professionals of the school and the used methodological instrument was the semi-structured interview.

Through the analysis of the data collected in the interviews, we got to notice as the school and the family believe one in the other and they really think that united they can solve many problems related to the child's learning. With this analysis, we tried to reveal the meanings that the relationship between the school and family has for each one of the involved groups.

The challenge to the school and the family it is in establishing the dialogue in their relationships. The school understanding the needs of their students' families and the families understanding the dilemmas imposed today to the school. We have a lot of path to travel, although we have already walked a lot.

Key word: family-school relationship, school conceptions, parent-teachers relationship, partnership in the school.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Monólogos e Diálogos: Vivências de uma educadora	10
CAPÍTULO I	
A FAMÍLIA E A ESCOLA: CONTEXTO HISTÓRICO	18
1. A família	18
2. A escola	24
CAPÍTULO II	
A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	32
CAPÍTULO III	
PERCURSOS METODOLÓGICOS	61
1. A trilha escolhida	61
2. O espaço estudado	64
3. Os sujeitos envolvidos	67
4. Procedimentos utilizados	70
CAPÍTULO IV – A ESCOLA: PERCEPÇÕES E SIGNIFICADOS	76
CAPÍTULO V – AS POSSIBILIDADES DE PARCERIA	94
Considerações Finais	94
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

MONÓLOGOS E DIÁLOGOS: VIVÊNCIAS DE UMA EDUCADORA

A relação entre a família e a escola nos anos de 1990 a 2004 que vivenciei, tanto em escolas de rede pública e privada em Montes Claros quanto com professoras acadêmicas dos cursos na área de educação, evidenciam tanto práticas democráticas, como também autoritárias. Segundo Teixeira (in Procad 1999), “a prática escolar autoritária reflete uma cultura escolar autoritária, assim como a prática escolar democrática revela a cultura democrática que a sustenta.” (p.51)

A minha trajetória revela uma experiência variada.

De 1990 a 1996, atuei como regente em classe do Pré-Escolar Nossa Senhora de Fátima, escola religiosa mantida pela Congregação das Filhas de Jesus no bairro Delfino Magalhães em Montes Claros. Nesta escola, comecei a trabalhar com apenas 17 anos, antes mesmo de concluir o curso de Magistério. A instituição era totalmente voltada para a assistência às famílias. Tudo era decidido em comum acordo. Os pais mantinham com a diretora e coordenadora pedagógica (geralmente uma freira) um diálogo onde cada um sabia sobre a vida do outro. As professoras participavam da vida das famílias indo a aniversários, casamentos, velórios, etc. Naquela época a escola contava com uma média de 180 (cento e oitenta) crianças.

Em 1992 fui aprovada em concurso público municipal indo trabalhar em escolas localizadas na periferia da cidade. De 1992 a 1996 atuei como professora regente das séries iniciais e pude observar que o diálogo entre a escola e a família acontecia de maneira vaga e desarticulada. Ou seja, os pais só eram chamados à escola apenas para saber sobre o desempenho (geralmente considerado insatisfatório) dos seus filhos. Como professora, ainda tentava manter uma proximidade maior com meus alunos procurando saber sobre a vida deles, estimulava-os a escrever e falar sobre suas famílias e também contava histórias da minha própria família. Consegui, neste tempo manter um bom diálogo com as famílias dos alunos e percebia que à medida em que os conhecia melhor o desempenho das crianças melhorava em sala de aula. Esta não era uma prática da escola, mas uma prática individualizada enquanto professora.

A impressão que temos hoje é que as famílias e as escolas encontram-se em acirrado conflito. Se perguntarmos aos pais, possivelmente obteremos uma extensa lista de insatisfações quanto à escola que cuida de seus filhos. Se fizermos a interrogação aos professores, é provável que estes apontem inúmeros aspectos em que as famílias deixam a desejar. (CUNHA, 2003 p.446).

No período de 1997 a 2002, já graduada no curso de Pedagogia e com especialização em formação do pedagogo, vivenciei uma nova experiência quando passei a exercer a função de diretora pedagógica de escolas municipais. Primeiramente, fui diretora em uma escola municipal na zona rural da cidade. Ali os pais praticamente participavam de todas as decisões da escola, tanto administrativas quanto pedagógicas. A escola, por ser municipal (onde o poder local exerce grande influência) é também referência na comunidade sendo ponto

de encontro para assembléias envolvendo os interesses dos moradores. Os professores e demais funcionários são da própria comunidade ou permanecem durante a semana no distrito, o que facilita o diálogo e a compreensão entre os dois grupos, a família e a escola.

Quando passei a ser diretora pedagógica na zona urbana em Montes Claros, a experiência se modificou. Nesta escola os professores já não conseguiam manter um certo diálogo com as famílias dos seus alunos. A comunidade enfrentava muitos problemas como carência de bens materiais, alcoolismo, drogas e, sendo assim, muitas vezes estes problemas são refletidos em sala de aula. Como diretora, consegui promover encontros com a família para aproximar os pais dos professores. Foi uma experiência interessante, pois alguns pais e responsáveis pelas crianças começaram a participar do dia-a-dia da escola ajudando nas atividades promovidas por ela. Mas é importante ressaltar que as famílias que participavam ativamente da escola eram de alunos com rendimento satisfatório e com bons comportamentos. As crianças com rendimento insatisfatório, indisciplinadas e consideradas “sem jeito” não participavam dos eventos e só compareciam a escola quando convocadas.

Neste período surgiram as primeiras preocupações com o tema pesquisado.

De 2002 a 2004 passei a trabalhar em escolas públicas estaduais como supervisora pedagógica. Nesta experiência pouca coisa divergiu da prática anterior, ou seja, só mantêm um diálogo mais afinado com a escola apenas aqueles pais dos alunos com rendimento satisfatório.

Em 2003 comecei a atuar como professora universitária nos cursos de Normal Superior e Pedagogia onde leciono as disciplinas envolvendo Projeto Político Pedagógico e Planejamento Participativo. No momento, convivo com o corpo docente e discente da escola estadual em que exerço a função de supervisora pedagógica; convivo também com os acadêmicos que são professores em escolas públicas (municipal e estadual) e escolas particulares.

Em minha experiência existe um ponto em comum: todos os professores, diretores e gestores insistem que a família deve participar ativamente da educação dos seus filhos. E todos eles têm empenhado em garantir a presença dos pais na escola. Entretanto, é necessário compreender qual é a relação estabelecida entre a família e a escola, nos dias atuais procurando identificar qual é o papel desempenhado pela família e pela escola no processo de formação da criança.

Devemos lembrar que a família definiu-se, historicamente, como instituição que credita à escola a responsabilidade por instruir e educar seus filhos de acordo como os padrões mais avançados da ciência. De outra parte, a escola deseja que pais e mães assimilem os conhecimentos científicos disponíveis e compreendam o trabalho dos professores – caso contrário, que se afastem do terreno educacional. (CUNHA, 2003, p.464)

O que motivou esta investigação foi o desejo de identificar por que a escola almeja tanto a participação da família e qual é o nível de participação que a escola está preparada para enfrentar.

Venho observando que a escola tem solicitado da família a sua participação na vida escolar dos filhos. Por que a escola faz esta solicitação? Que

fatores impedem a participação da família na escola? E a família, deseja participar da vida da escola? Como anda a relação entre a escola e a família?

Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre a família e a escola buscando compreender o sentido, as dificuldades e as possibilidades de melhorar esta relação.

Para alcançar este propósito será necessário:

- Identificar o sentido da escola para a família e para os profissionais que nela atuam;
- Investigar a forma de participação da família na escola;
- Reconhecer as dificuldades na relação entre a família e a escola;
- Indicar as possibilidades para a melhoria dessa relação.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública estadual do município de Montes Claros, Minas Gerais, envolvendo professores e pais de alunos que estudam nas séries iniciais do Ensino Fundamental (Fase Introdutória – ingressantes na escola – e Fase IV – terminando o período de alfabetização).

A opção por esta escola se deu por dois motivos relevantes. Primeiramente, a Superintendência Regional de Ensino indicou algumas escolas do município de Montes Claros/MG informando que aquela desenvolve um projeto piloto sobre inclusão de crianças com deficiências. Daí ser interessante pesquisar a escola.

O segundo motivo foi porque residio próximo à escola e, desta forma, percebo a relevância desta instituição para a comunidade. A escola atende um público diversificado, com crianças de vários bairros e procura sempre estar à disposição para os eventos que envolvam a participação da família na escola.

O interesse na realização deste estudo, referente à questão da participação da família na Escola Pública, decorre da minha atuação como supervisora em escola pública e professora dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior. As disciplinas por mim trabalhadas têm como eixo o entendimento sobre a concepção da escola pública, bem como seus diversos problemas enfrentados no cotidiano por seus membros e a maneira inovadora de se buscar a solução para os mesmos.

Ao relacionar minha experiência pessoal com a literatura sobre a relação da família com a escola na educação brasileira, encontrei o estudo de CUNHA (1998) referente ao discurso burocrático das autoridades educacionais quando solicitaram a presença dos pais na escola. Assim, analisaremos neste trabalho como iniciou a relação da família com a escola.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. A seguir apresento um breve comentário de cada um.

No Capítulo I, aborda o contexto histórico sobre os termos: família e escola. Em relação à família encontramos dificuldades em defini-la, pois somente à partir do final do Século XIX e início do XX é que iremos encontrar teóricos para nos auxiliar na compreensão deste termo. Sobre a escola é feito um estudo referente ao surgimento da escola e como compreendemos o termo nos dias atuais.

O Capítulo II apresenta a relação da família com a escola e como foi o processo de incentivar a participação da família na escola. Tendo como referencial teórico Lahire (1997) e Szymanski (1992 e 2003) dentre outros, destacamos que a relação da família com a escola tem início quando a família encontra dificuldades em desempenhar suas funções referentes à educação dos filhos e repassa estas funções à escola. E a escola, por sua vez, passa por transformações ao longo dos anos e frente aos desafios propostos também se sente solitária em seu processo de educar e solicita a participação da família. Ainda é abordado neste Capítulo o que é participação, segundo Gandin (1997) e como incentivar a participação no ambiente escolar democrático (DEMO, 1993; VASCONCELOS, 1994).

O Capítulo III refere-se a metodologia utilizada na pesquisa. Apresentamos os objetivos propostos, a seleção da escola e do público-alvo, a caracterização do ambiente da pesquisa e o instrumento utilizado.

O Capítulo IV refere-se à coleta, a descrição e a análise dos dados. Apresenta a análise e argumentação sobre os depoimentos dos grupos entrevistados, apontando as semelhanças e as contradições entre eles.

O Capítulo V apresenta a conclusão deste trabalho de pesquisa, que aborda as possibilidades de parceria entre a família e a escola e a necessidade de novos encontros entre essas instituições. Defendemos que tanto a escola quanto à família precisam estar dispostas a dialogar para enfrentar os desafios inerentes às questões educacionais dos dias atuais.

CAPÍTULO I

A FAMÍLIA E A ESCOLA: CONTEXTO HISTÓRICO

1 A Família

A despeito da dificuldade teórica em definir a família enquanto entidade específica de abordagem, algumas discussões nas áreas da sociologia, antropologia e psicologia podem nos auxiliar a iniciar esta discussão sem pretender o esgotamento do assunto.

As teorias mais antigas sobre a família, de características hipotético-comparativas e históricas, datam do final do século XIX e início do XX, foram particularmente desenvolvidas por Morgan (1871), Engels (1887), Westermack, Durkheim, Mauss (1947), Tonies (1887) e até mesmo Freud (1913).

Diversos autores atribuem a Morgan (1871), antropólogo e jurista norte-americano, fundador da antropologia moderna, o mérito de ter sublinhado a influência da sociedade na forma e na estrutura da família e a distinção entre formas diferentes e evolutivas de famílias. Ele enumerou seis estágios de desenvolvimento da família:

- a) inicialmente predominava o estado selvagem com o "comércio sexual sem obstáculos";
- b) depois, com cada homem pertencendo a cada mulher, e inversamente; que, ao evoluir, aparece a família consangüínea, fundada sobre o intercasamento de irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no interior de um grupo;
- c) a família punaluana, baseada no casamento de várias irmãs, carnais e colaterais, com os maridos de cada uma das outras, no interior de um grupo; os maridos comuns não eram necessariamente parentes de um grupo;
- d) a família sindiásmica ou de casal, onde existia o casamento entre casais individuais, mas sem obrigação de coabitação exclusiva; o casamento prosseguia enquanto ambas as partes o desejassem;

- e) a família patriarcal, fundada sobre o casamento de um só homem com diversas mulheres, era geralmente acompanhado pelo isolamento das mulheres, e
- f) a família monogâmica, estribada no casamento de casais individuais, com obrigação de coabitação exclusiva.

Obviamente que esta teoria, evolucionista por excelência e fruto de reflexões algo metafísica, apenas introduziu a milenar questão da origem primeira das famílias.

Por sua vez, Tonies (1887), fundador da sociologia alemã, partiu da premissa "da perfeita unidade das vontades humanas como estado originário e natural", manifestadas sob múltiplas formas, em especial sob 3 (três) espécies de relação familiar:

- 1) na relação mãe-filho (profundamente fundada sobre o puro instinto ou afeto);
- 2) na relação entre homem e mulher como cônjuges (onde o instinto sexual serve para poder assumir o caráter de relação duradoura e de afirmação recíproca, na mútua habitação), e
- 3) entre os que se reconheciam como irmãos e irmãs (onde não existe um afeto tão originário e instintivo, nem um reconhecimento recíproco tão natural).

Linton (1970), antropólogo inglês, assinalou que o termo família se aplica a duas unidades sociais basicamente diferentes: a "família conjugal", composta pelos cônjuges e descendentes, e "família consangüínea" ao grupo difuso e pouco organizado de parentes consangüíneos.

Por sua vez, Radcliffe-Brown (1978), antropólogo inglês, centrou sua discussão na natureza do parentesco, denominando "família elementar" como o conjunto formado por um homem, sua esposa e filhos ou filhas.

Desta feita, a "família elementar" tem três tipos de relações sociais:

- a) de 1ª. ordem: que se dão entre pais e filhos ou entre os filhos dos mesmos pais; ou entre marido e mulher enquanto pais dos mesmos filhos.
- b) de 2ª. ordem: aquelas que a família elementar tem por meio de um membro comum com outra família elementar - o irmão da mãe, o irmão do marido, a irmã da mulher.
- c) de 3ª. ordem: que se tem por meio do filho do irmão do pai, a mulher do irmão da mãe.

Levi-Strauss (1982) assinala que a estrutura elementar do parentesco inclui três tipos de relações familiares:

- a) a relação de consaguinidade (entre irmão e irmã);
- b) a relação de aliança (entre marido e mulher) e
- c) a relação de filiação (entre progenitor e filho).

Articulando suas formulações com a questão da estrutura inconsciente, Levi-Straus chega a uma definição do grupo familiar como sendo "um sistema relacional entre duas famílias, assentada na proibição do incesto como regra reguladora do intercâmbio do grupo que, para renovar-se, precisa da aliança heterossexual." (LEVY STRAUSS, 1982, s.p.)

Sendo o casamento para o autor, somente um dos múltiplos aspectos da troca entre grupos humanos que podem contrair aliança graças a essa regra da

exogamia e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos tais como amor, afeto, respeito, medo dentre outros.

Diante de toda esta discussão, e não à sua revelia, desenvolveu-se a área específica de estudo e compreensão sistêmica da realidade familiar como um novo paradigma baseado na evolução epistemológica. Esta evolução epistemológica permitiu, por exemplo, que conceitos vagos sobre o termo família, fossem sendo centralizados em um tempo cronológico baseado nos fenômenos sociais aprimorando e acrescentando elementos fundamentais à compreensão do fenômeno família.

A história da humanidade, assim como os estudos antropológicos sobre os povos e culturas distantes de nós (espaço e tempo), esclarecem-nos sobre o que é família, como existiu e existe. Mostra-nos como foram e são hoje ainda variadas as formas sob as quais as famílias evoluem, se modificam, assim como são diversas as concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma sociedade dada.

Sabemos que a palavra Família no sentido popular, como também nos dicionários, conforme Holanda (1986, p. 563), significa: pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem ou admitidos por adoção.

Podemos dizer que a família hoje suscita muitas polêmicas: para Terkesen, (1980 apud MACEDO, 1996, p.40) família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros porém, (MINUCHIN, 1974 apud MACEDO,

1996, p. 42), a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social, é onde se exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e mulheres. No entanto, o que não pode ser negado é a importância da família tanto em nível das relações sociais, nas quais ela se inscreve, quanto em nível da vida emocional de seus membros. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. Ela é a formadora da nossa primeira identidade social, é o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir. (REIS, 1984, p. 99).

Em relação à família brasileira, torna-se difícil definir um único tipo. Como aponta Szymanski, numa pesquisa realizada com diferentes tipos de famílias, conclui-se que havia um ponto comum entre os membros familiares para uma existência coletiva:

A família se estabelece a partir da decisão de algumas pessoas conviverem assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças que aparecerem nesse contexto. (SZYMANSKI, 1992, p.7)

Desta maneira, podem existir variadas formas de organização familiar na nossa sociedade.

Na realidade brasileira, o modelo patriarcal no qual o homem é concebido como único provedor da família e a mulher como a cuidadora da prole, já não é predominante entre as famílias. Hoje, devido às mudanças sociais, culturais e econômicas, lidamos com diversos modelos de famílias, uma vez que

estamos diante de um sistema vivo e que, em conseqüência, apresenta-se de maneira muito diversificada e dinâmica.

O contexto social é fundamental na definição das características estruturais e funcionais da família. Assim, quando se fala de sobrevivência, necessidades e desenvolvimento, está se falando das finalidades básicas da família que variam em função da sociedade a que pertence. Fazem parte das funções da família, portanto, a transmissão dos valores dessa sociedade que modela o próprio processo de socialização da criança no seu interior.

O que define hoje uma família é a capacidade de seus membros de manter e educar seus dependentes para a vida, segundo os princípios éticos, culturais e legais, considerando que os vínculos biológicos (ser pai ou mãe), jurídicos (relacionamento formal ou não), afetivos (amor), domiciliares (morar sob o mesmo teto) e econômicos (dependência financeira) podem estar juntos ou isolados.

2 A Escola

Nos povos primitivos não havia necessidade de escolas, pois o saber era aberto a todos. Somente na pré-história, quando o saber torna-se patrimônio e privilégio da classe dominante, é que surge a necessidade da escola para que apenas alguns iniciados tenham acesso ao conhecimento. A palavra “escola” vem do grego *scholé*, que significa “lugar do ócio”. Na Grécia Antiga as pessoas que dispunham de condições sócio-econômicas e tempo livre nela se reuniam para pensar e refletir. (ARANHA, 1996).

Entretanto, sabemos que a escola surge quando acontece a separação entre sábios e trabalhadores. Quando o saber comum da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a ser usado como instrumento político para reforçar a diferença, no lugar de um saber anterior que afirmava a comunidade. Este é o começo em que a educação vira ensino e que nasce a pedagogia, reduzindo a aldeia à escola.

Nas sociedades primitivas, o homem era senhor da natureza e dono dos bens oferecidos, tinha tudo o que precisava para seu sustento e para a sua reprodução. A cultura era transmitida nas relações do cotidiano – hoje função da escola – e sendo assim a escola era a própria vida. Nesta época o mestre era aquele com mais experiência na comunidade e ensinava a todos que o procuravam. Tinha como método a comunicação oral e procurava exercitar a memória. O clima era de convivência e cordialidade.

Quando há a passagem da sociedade primitiva para a sociedade contemporânea nasce a escola. Quando o homem começa a produzir mais do que é capaz de consumir em tempo hábil, há um excedente de produção e esse excedente dá margem a disputas que gradativamente cria-se uma hierarquia que ainda não existia no modo de produção primitivo. Surge então o modo de produção escravista, nascendo também as desigualdades e a divisão de funções sociais na sociedade. Segundo Gadotti (1993, p.76), “A escola é fruto dessa desigualdade”. O professor aqui é aquele responsável por distribuir tarefas e conduzir a criança para a idade adulta, ensinando-lhe habilidades manuais, expressão corporal e o desenvolvimento das artes e cultura.

Na sociedade primitiva não havia a fragmentação de funções. Com o modo de produção escravista, começa a desenvolver-se a noção de uns poderem mais que os outros. E conseqüentemente, nesta sociedade a escola começa a ser elaborada com regras e normas por aqueles especializados, que detinham um maior conhecimento (sacerdotes especializados, mestres, professores profissionais). Nesse contexto chega ao seu ápice como escola escravista na Grécia e em Roma onde a educação ensinada começa a ser diferenciada para homens livres e para homens escravos: escola ateniense - escola para o pensamento, para a reflexão - e a escola espartana - escola para a ação e para o trabalho (ARANHA, 1996).

Além dos dois modelos de escola citados, há também um terceiro modelo de escola: aquele concebido através do modo de produção feudal. De acordo com Gadotti,

o desenvolvimento histórico do modo de produção feudal foi marcado pela presença da Igreja. Com a Igreja, pela primeira vez, a escola se estruturou como um “aparelho ideológico”. A Igreja percebeu, muito cedo, a importância que tinha a instituição escolar como veículo de difusão de sua “boa nova”, de sua mensagem. (1993, p.77)

A Igreja passa então a dominar o Estado e este se torna o educador, organizando a sociedade em torno de uma única religião. A sociedade feudal, muito aristocrática, se estabelece sob os laços de suserania e vassalagem que entremeiam as relações entre os senhores de terras. No ponto mais alto do poder estão a nobreza e o clero. O rei tem seu poder diminuído devido à divisão dos

territórios, autonomia dos senhores locais e, com o passar do tempo, à supremacia do papa. Em alguns momentos a alta nobreza consegue ser mais poderosa do que o rei.

Desta forma, a influência da Igreja, além de espiritual, torna-se efetivamente política, e muitos chefes dos reinos bárbaros se convertem ao cristianismo para ter boas relações no poder. A herança cultural então é resguardada nos mosteiros e a Igreja tirou a educação das ruas. Os monges são os únicos letrados num mundo em que nem nobres nem servos sabem ler. Neste período a Igreja exerce sua força não só no controle da educação, mas também na fundamentação dos princípios morais, políticos e jurídicos desta sociedade feudal.

Com o Renascimento (século XV), a cultura greco-latina foi retomada pelos intelectuais leigos, aristocratas ou não e inaugura-se o modo de pensar burguês. Aqui instaurou-se a idéia de progresso e de que tudo deve ser comprovado e verificado. Portanto, não há lugar para dogmas. Contrapondo-se aos senhores feudais, os burgueses faziam aliança com os reis, que desejavam fortalecer o poder central contra os duques e barões. A união levou à consolidação dos Estados nacionais e conseqüentemente ao fortalecimento das monarquias absolutistas. No Renascimento há um grande interesse pela educação, principalmente pela proliferação de colégios e manuais para alunos e professores. Educar torna-se questão de moda e uma exigência, segundo a nova concepção de homem. O pensamento burguês desejava homens livres para que pudessem comprar e vender a sua força de trabalho e inicia-se também uma nova concepção de escola. A escola aqui deve servir para buscar a individualidade,

caracterizada pela confiança no poder da razão de cada um para estabelecer seus próprios caminhos. É incentivado o espírito de liberdade e crítica opondo-se ao princípio da autoridade. Entretanto é preciso ressaltar que o pensamento da burguesia exclui dos propósitos educacionais a grande massa popular, com exceção dos reformadores protestantes que agem por interesses religiosos.

Com a Revolução Francesa (1789) há a luta pela escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória para o ensino fundamental. A burguesia então investe neste ideal de escola para que possa divulgar o seu pensamento e no final do século XIX (século da burguesia por excelência) a escola é universalizada em alguns países. Com esta universalização, nasce a escola tradicional como passaremos a conhecê-la a partir do século XIX. Este modelo de escola passa a organizar o conhecimento, o emprego racional do tempo de estudo, a noção de programa, o cuidado com o material didático, a valorização do mestre como guia do processo de aprendizagem. Gadotti destaca que

os objetivos que daí por diante marcaram o ensino e a pedagogia foram definidos através de textos oficiais, e o corpo docente, pela primeira vez na história, constituído hierarquicamente, em função dos interesses da classe do poder.(1993, p. 79).

Com a ascensão do modo de pensar burguês, destacam-se o modelo de escola capitalista e o modelo de escola socialista. No primeiro, a ênfase é no ensino superior através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e não no ensino básico para a disseminação dos ideais liberais. E no segundo modelo de escola valoriza-se o pensar e o fazer; o saber deve estar voltado para a transformação do mundo e para a conscientização da classe oprimida. Contudo, sabemos que ambos os modelos de escola encontram-se hoje em crise.

Em relação à história da educação no Brasil os historiadores (ARANHA, 1996; GADOTTI, 1993; XAVIER, 1994) costumam dividi-la em três períodos significativos:

1º) Período colonial até 1930: neste período predominou a educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, ênfase na religião e ensino privado.

2º) De 1930 a 1964: após um período de embates entre o ensino privado e o ensino público, aqui predominaram as idéias liberais na educação com o nascimento da Escola Nova, com métodos de ensino renovados em oposição ao ensino tradicional. O processo de ensino agora terá a criança como centro.

3º) O período pós-64: este período é iniciado por uma longa fase de educação autoritária, de acordo com os governos militares e aqui predominou o tecnicismo educacional. Após 1985, começa-se um tempo de transição que dura até os dias atuais. Este período é marcado pela democratização do país e na busca por uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

Até aqui, vimos como as mudanças nas relações entre os homens sugerem transformações na educação, tendo em vista as diferentes metas a serem alcançadas.

Nos dias atuais entendemos a palavra escola, segundo Holanda (1986) como “casa, estabelecimento, local onde se recebe ensino”.

Quando definimos escola ainda temos que diferenciá-la de educação (processo de transmissão de conhecimentos, normas, valores, ritos, condutas, tradições, etc.). Concluimos que nas sociedades mais simples, a educação era

uma atividade realizada por todos os adultos, em particular pelos pais, para conseguir que as crianças e jovens adquirissem essas habilidades consideradas importantes nessa sociedade. Já nas sociedades mais complexas, estabeleceram-se, além disso, instituições educacionais especializadas que têm como missão contribuir e completar a ação espontânea dos adultos, de tal maneira que uma parte importante da socialização das crianças ocorre na escola, onde passam boa parte de seu tempo durante o período de crescimento.

De acordo com Nóvoa (2002), ao longo dos anos a escola dissolveu todos os modos de educação informal através de suas estruturas burocráticas, corporativas e disciplinares. A escola foi substituindo estes processos “informais” e assumiu o monopólio do ensino. Os professores tornaram-se os responsáveis públicos pela formação das crianças. No entanto, sabemos que este modelo escolar – espaços físicos fechados, estruturas curriculares rígidas, formas arcaicas de organização do trabalho – está fatalmente condenado. A escola,

terá de se definir como espaço público, democrático e participativo, que funciona em ligação com redes de comunicação e de cultura, de arte e de ciência. Numa curiosa ironia do destino, o seu futuro passa pela capacidade de “recuperar” práticas antigas (familiares, sociais, comunitárias), enunciando-as no contexto de modalidades novas de cultura e educação. (NÓVOA, 2002, p.20)

A concepção de escola atualmente deve estar centrada na idéia de escola como um espaço aberto, em ligação com outras instituições culturais e científicas e com uma presença forte das comunidades locais (acentua-se aqui a

importância da relação escola-família) para juntos elaborarem projetos educacionais que realmente atendam as necessidades dos jovens e de toda uma sociedade em constante evolução.

CAPITULO II

A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

O universo doméstico, através da ordem material, afetiva e moral que reina ali a todo instante, pode desempenhar um papel importante na atitude da criança na escola. (LAHIRE, 1997, p. 25)

O estudo da relação entre a família e a escola é importante para o desenvolvimento da criança, uma vez que a família é a primeira das muitas células que reunidas constituem a sociedade. É junto também da família que a criança realiza as primeiras e mais importantes experiências de sua vida. Entretanto, estudos profundos sobre a relação da família com a escola e da

escola com a família ainda são escassos no Brasil (NOGUEIRA, ROMANELLI e ZAGO, 2000). Estes autores afirmam que as famílias, assim como as escolas, não podem ser consideradas de forma abstrata, dissociada de suas condições históricas e socioculturais. Ou seja, ao estudarmos sobre a relação existente entre a família e a escola é preciso antes verificar como estes sujeitos agem uns diante dos outros, pois se têm as mesmas crenças, cultivam os mesmos valores e se acreditam no trabalho que um e outro desenvolve na criança.

A família e escola são instituições que têm como objetivo preparar as crianças e os jovens para sua inserção na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Não apenas a família mas também a escola tem um importante papel na formação do indivíduo e do cidadão. No processo de convivência familiar e vivência escolar vamos assimilando idéias, valores, comportamentos que nos ajudam a entender o mundo, ou seja, constitui o nosso jeito próprio de ver, interpretar e reinventar o mundo. Apesar de terem um objetivo em comum (a aprendizagem do filho ou aluno na escola), os papéis desempenhados são diferentes e por isso a família e a escola, muitas vezes, não se entendem. Agem como se fossem duas forças antagônicas e não conseguem estabelecer uma comunicação eficaz, surgindo então os conflitos nesta relação. A família, na maioria das vezes, vê a escola como um mundo incompreensível para ela, com o poder de dar o veredicto sobre o futuro de seus filhos (BORSOTTI; BRASLAVSKI, 1985).

E quanto à escola ouvimos, freqüentemente, de professores e membros da equipe pedagógica que as famílias são “desestruturadas”, desinteressadas, não impõem limites aos filhos e, muitas vezes, violentas. Tais condições

constituem-se numa “explicação” fácil para o insucesso escolar de algumas crianças.

Assim, não se pode continuar pensando num único modelo de família, pois os outros podem ser rotulados por nós como estranhos, desorganizados e problemáticos, precisando até mesmo de tratamento...Acontece que a família parece estar-se reestruturando, organizando-se em novos moldes, e não necessariamente caminhando na direção da desestruturação. (GUIMARÃES, 2001 in PROCAD, p.37)

Atualmente, reconhecemos que as dificuldades de aprendizagem não se dão no vazio, mas em contextos, tanto situacionais, quanto interpessoais. Não podemos falar de dificuldades tendo somente a criança como ponto de referência: o “contexto” em que a criança se encontra precisa ser considerado. A escola ao lidar com o fracasso/sucesso escolar de seus alunos acredita que a participação da família é decisiva no processo educativo. Contudo, alguns autores defendem que a escola muitas vezes produz um mito de que a criança só aprende se houver a participação da família. Segundo Lahire (1997, p.335),

alguns professores até parecem pensar que a ausência de relações, a ausência de contatos com algumas famílias, explicaria o ‘fracasso escolar’ das crianças. Por isso, é preciso fazer os pais irem, de qualquer jeito, à escola: nas diversas reuniões, festas, etc.

Ainda de acordo com o autor, se considerarmos que a simples participação dos pais na vida escolar poderia modificar as coisas em relação aos

desempenhos das crianças, estaríamos postulando com isso uma hipótese que se revelaria como totalmente ingênua e superficial.

Sabe-se que a presença da família é importante no desenvolvimento escolar da criança, entretanto sabemos também que nem sempre a família é procurada pela escola para estabelecerem parcerias. Muitas vezes, uma apenas procura pela outra quando já não se consegue resolver os problemas sozinha. A presença dos pais na escola não é aceita incondicionalmente. Carvalho (2000) critica a participação dos pais na escola e sua exclusiva responsabilidade pelo sucesso de seus filhos, considerando que algumas responsabilidades cabem ao governo como, por exemplo, o financiamento da educação, e outras às escolas, por conta da especificidade do seu papel formador.

Na realidade brasileira, a escola, aparentemente, procura estabelecer relações com as famílias de seus alunos visando ao investimento familiar e pessoal de cada aluno na sua aprendizagem escolar, mas nem sempre consegue atingir os resultados desejados. Um problema que pode estar ocorrendo nessa tentativa é a forma adotada: geralmente a escola mantém um contato unidirecional com as famílias, procurando-as apenas quando os alunos têm problemas de desempenho ou disciplinares que não consegue solucionar. Alguns professores acreditam que cabe às famílias minimizar ou solucionar as dificuldades que eles enfrentam em sala de aula. Muito freqüentemente, quando não conseguem resolver esses problemas, atribuem a responsabilidade de solução às famílias. Quando essa estratégia não surte os efeitos esperados, os professores consideram os pais como omissos e desinteressados pela vida escolar dos seus filhos. (Lahire, 1997; Szymanski, 2003)

Apesar de procurarem o apoio das famílias em situações conflituosas – quando não conseguem manter a disciplina, quando as crianças demonstram desinteresse pelas atividades, quando parecem não aprender os conteúdos escolares, por exemplo -, os professores resistem às interferências familiares, especialmente se essas se direcionarem ao seu fazer pedagógico e se a interação é iniciada pelos pais.

Deste modo, a especificidade real sobre a responsabilidade da família no aprendizado dos alunos surge novamente sob a forma de um paradoxo: são responsabilizados por problemas que não são de sua competência – que ocorrem, no geral, na sua ausência e em um espaço que não é a sua casa – e simultaneamente, são vistos como uma categoria que pouco tem a contribuir com as questões escolares, exceto quando sua presença e atuação são requisitadas por parte da escola.

Segundo Gomes (2002, p.52), “a escola opera com o princípio de que o problema está nos alunos e que somente eles próprios poderão resolvê-lo”. Dessa forma, faz com que se percebam como culpados da situação, levando-os a assumir a culpa pelo fracasso.

Além disso, segundo a autora, é possível afirmar que há uma enorme dificuldade da escola em inserir determinados alunos no processo de ensino/aprendizagem. Por sua vez, as famílias desinformadas da situação buscam na escola as explicações para o fracasso de seus filhos, deixando emergir uma via de mão dupla onde os pensamentos nem sempre se encontram.

Acredito que o professor seja um dos elementos-chave do processo educativo e, investigando mais profundamente como se situa frente às famílias de

seus alunos, pode constituir num passo importante para a aproximação entre elas e a escola. O conhecimento sobre como os professores concebem as famílias de seus alunos é essencial para compreender suas práticas de convívio e de interação com elas.

O que fica mais claro, para todos, atualmente, é que não existe a família tal qual idealizada pela escola, a família cientificamente orientada, extensão dos laboratórios médicos e psicológicos. E que não existe também a escola idealizada por pais e educadores, agência onipotente capaz de formar personalidades segundo altíssimos padrões científicos. (CUNHA, 2003, p. 464)

Considerando o que acontece na realidade das escolas, podemos afirmar que, de modo geral, o professor estabelece formas de interação com as famílias de seus alunos que são assistemáticas, esporádicas, pautadas em acontecimentos pontuais ou em suas experiências anteriores, seja como aluno ou quando desempenha papéis parentais/familiares. Isso ocorre porque, muitas vezes, os professores não têm clareza da importância de estabelecer com as famílias de seus alunos interações que lhes permitam conhecer melhor quem são, o que esperam da escola e como podem participar mais ativamente do processo escolar dos filhos.

Percebe-se que a relação entre a família e a escola, geralmente, baseia-se apenas em acontecimentos esporádicos, quando os pais são chamados para alguma comemoração, reuniões para falar sobre disciplina ou rendimento escolar. Nestes momentos não há uma verdadeira interação, e sim, apenas

trocas de informações entre as partes. A escola, de modo geral solicita exaustivamente a presença dos pais, todavia com o acúmulo de atividades profissionais, os pais não conseguem atender a estas solicitações. E aí começam os conflitos.

Segundo Lahire (1997, p. 334), a escola acredita que os pais são omissos. Isso é um mito produzido pelos professores que

ignorando as lógicas das configurações familiares, deduzem, a partir dos comportamentos e dos desempenhos escolares dos alunos, que os pais não se incomodam com os filhos, deixando-os fazer as coisas sem intervir.

Quando conversamos com as famílias, percebemos que uma considerável maioria quer participar da vida escolar dos seus filhos. As famílias apresentam um sentimento de que a escola é algo importante e têm a esperança de que, através da escola, os seus filhos terão um futuro melhor. Verifica-se que as famílias não são negligentes (o que muitas vezes é afirmado pela escola) e algumas até querem contribuir com a escola contudo não sabem como ou não podem. Mas também percebemos algumas famílias que não têm qualquer compromisso com a vida escolar dos filhos. Colocam o filho na escola e pensam que esta é a responsável por tudo. Os motivos para a não participação são muitos, vão desde o tempo até desconhecimento sobre o que é participação.

Como a família pode estar participando da vida escolar dos seus filhos? A escola não deseja que os pais ensinem os conteúdos de Língua Portuguesa ou

Matemática. Mas que a família possa verificar se a lição de casa foi feita, como a criança se comportou na escola, quais dificuldades teve, etc. Que a família possa demonstrar interesse pela vida escolar do seu filho. Em contrapartida a escola não deve se sentir a única fonte de conhecimento ou acreditar que os pais, por serem pobres e muitas vezes analfabetos, não têm condições de acrescentar nada a escola. A escola deve procurar envolver os pais na elaboração da proposta pedagógica mantendo com a família um estreito relacionamento baseado no diálogo e na resolução dos conflitos.

Expressando a falta de compromisso em participar da escola e interagir nela, lembramos o que nos diz Pedro Demo:

É um traço profundamente negativo o fato de a população não se sentir compromissada com suas próprias soluções, atirando-as sobre o governo, por exemplo. A escola não é reconhecida como interesse próprio, como direito fundamental, mas tão somente como dever do Estado. (1993, p.68)

Percebemos com isso que a participação não se encontra desvinculada da questão da política social, pelo contrário, a participação é o eixo central para que aconteça uma sociedade democrática. Sabemos também que vivemos durante muito tempo uma longa história de Ditadura assumida, o que favoreceu a formação de pessoas apáticas e às vezes até alienadas quanto à sua importância na sociedade. Por outro lado, também estamos vivendo momentos de “democracia” em que se busca colocar a responsabilidade e o compromisso em um povo que na sua maioria não foi preparado para isso.

Nos discursos, tanto da família quanto da escola, prega-se a participação da família na vida escolar dos filhos. Pode-se observar que a participação da família na escola depende muito da situação financeira e psicológica. Muitas famílias hoje não têm o mínimo de estrutura para educar os seus filhos e vêem a escola como um lugar alheio ao seu mundo onde mandam os seus filhos por quatro horas diárias. (LAHIRE, 1998).

Observa-se que nem todas as famílias se interessam pela escola dos seus filhos. Certamente, há pessoas que acompanham a vida escolar dos filhos, estimulam os estudos e promovem o gosto pela educação. Se perguntarmos a qualquer pai ou mãe que tem filho em idade escolar sobre a importância da escola, com certeza afirmarão que a escola é fundamental, que todos deveriam ter direito a ela, e outras coisas do gênero. Como ressalta a Constituição Federal Brasileira de 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205)

Mas, infelizmente, a realidade não é bem assim. No dia-a-dia o que vemos são pais que pouco se importam com a educação dos seus filhos. Não sabem se o filho está aprendendo ou não. Jamais vão até a escola, nem quando convocados. E quando comparecem muitas vezes é para responsabilizar a escola pela falta de limite dos seus filhos ou também não conseguem entender o porquê

da não aprendizagem dos seus filhos. Sendo assim, boa parte da incapacidade da escola em cumprir sua função de ensinar é também responsabilidade das famílias.

Observamos também que a escola às vezes não sabe lidar com as famílias dos seus alunos. Os pais só são chamados à escola quando algo não vai bem. Dificilmente temos notícia de uma escola que tenha como propósito informar aos pais todas as decisões tomadas em relação a seus filhos. Quando os pais vão à escola apenas para saber sobre o comportamento do filho (geralmente o mau comportamento) ou sobre as notas que ele não conseguiu alcançar, então não temos aí uma “relação família-escola” e sim, uma “relação família X escola”. Isto é, dois grupos de pessoas que desejam a mesma coisa e, no entanto, agem como se fossem adversários, onde um coloca no outro a culpa pela não desenvolvimento do seu filho ou aluno.

A escola está passando por transformações neste início de milênio. Segundo Delval (2001), as principais transformações ocorridas na escola referem-se à extensão da educação para todos; à escolarização obrigatória; ao aumento dos conteúdos escolares, às formas de avaliação; à concepção de direitos e deveres dos professores e alunos; à presença dos pais na escola. Um dos objetivos destas transformações é incentivar a participação da família na escola, porém muitas vezes, a escola não conhece verdadeiramente quem são as famílias dos seus alunos e como fazer para as famílias participarem da vida da escola.

Mas o que entendemos por participação?

Gandin (1997) apresenta-nos três níveis da participação. Segundo ele, o primeiro nível de participação é a colaboração numa proposta já decidida no todo ou no essencial.

As “autoridades” em geral, nos mais diversos níveis, gostam de insistir nesta participação: pretendem que as pessoas “participem” com seu trabalho, com seu apoio, para realizar aquilo que, ao final, terá proveito para a própria “autoridade” ou para a ordem estabelecida mas que, no discurso, é um grande bem para quem “participa” (1997, p.131).

O segundo nível é a decisão. Ou seja, vai além da colaboração e tem uma aparência democrática maior.

O “chefe” decide que todos devem “decidir”; leva, então, alguns pontos a um grande plenário ou a alguns grupos e “manda” que decidam. Em geral são aspectos menores, desconectados do todo e a “decisão” se realiza como escolha entre alternativas já traçadas e que não afetam o que realmente importa. (1997, p.132).

Na escola este tipo de participação acontece principalmente nas questões que envolvem voto, as decisões que os pais tomam na escola, as propostas dos professores, etc. O autor ressalta que não devemos condenar essas manifestações democráticas, mas a satisfação no seu uso diminui a força para a transformação de uma prática verdadeiramente participativa.

O terceiro nível não é tão freqüente, mas necessário: a construção em conjunto. Segundo Gandin, este nível de participação “é um processo em que as

peças realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas mas os próprios rumos que se deva imprimir à escola”. (1997, p.83)

Gandin ressalta ainda que muitas escolas iniciaram e algumas já se firmaram inteiramente nesse tipo de participação. Em geral isto tem acontecido através da implantação de um projeto político pedagógico baseado na participação e no interesse da comunidade escolar em melhorar a qualidade educacional da escola.

Contudo a nossa sociedade ainda se organiza através da hierarquia, onde predomina uma postura vertical, isto é, de cima para baixo. Como nos lembra Demo (1993, p.18): “É peculiar ao fenômeno do poder que haja um lado minoritário que comande, e outro majoritário que seja comandado”, portanto a existência ou não de participação tem como condicionante maior a própria história da sociedade brasileira, em que nos acomodamos com o poder e o controle que vem de cima. Muitas desculpas, principalmente dentro do ambiente escolar, são justificadas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e temerárias.

Na escola, as interações dentro da sala de aula vão além do simples encontro entre professor e aluno ou entre professor e pais de alunos. No ambiente da sala de aula o conhecimento é construído, compartilhado e reconstruído. E esse conhecimento é resultado de uma relação pedagógica, fruto da prática educativa desenvolvida por professores e demais profissionais da escola (diretor, equipe pedagógica). Nesse sentido, o contexto escolar faz parte das interações e das relações que acontecem na sala de aula, influenciando diretamente a

atividade principal da escola que é educar. Essas relações vão contribuir positivamente ou negativamente para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

No processo de relação/interação entre indivíduos sempre estará envolvido o encontro de diferenças. Toda relação envolve características de ordem pessoal, por ser sempre um encontro entre sujeitos com identidade própria e, portanto, com histórias e experiências diversificadas. Nenhum aluno, nenhum professor, nenhum pai ou mãe de um aluno está desvinculado de seu modo peculiar de ser, de sua história de vida, de suas experiências passadas que estarão ali presentes naquela relação. Por isso, os aspectos cognitivos, afetivos e emocionais presentes em nossas relações são muito importantes para lidarmos com as diferentes dimensões envolvidas na tarefa de educar.

As primeiras relações que contribuem para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno são as que eles mantêm com os pais, irmãos, primos, avós, vizinhos, amigos, a igreja, a família, a sua comunidade. Esses são os primeiros elementos mediadores de seu desenvolvimento, de sua formação, de seu conhecimento. Quando eles vêm para a escola, já trazem consigo um conhecimento. Se a escola estimular o aluno a dizer aquilo que ele já sabe, vai ser bem mais fácil esse aluno aceitar o saber que vem do professor, ao mesmo tempo em que ambos reconstituirão seus conhecimentos. O professor, quando apresenta aos alunos o conhecimento formal dos conteúdos de forma interativa, estará propiciando aos alunos a apreensão, elaboração, organização e estruturação de um novo conhecimento. Quando a

escola pergunta aos pais como eles educam e o que pensam sobre a forma de educação oferecida pela escola, começa uma interação entre os pensamentos dos dois grupos: escola e família. A escola dialoga com a família e juntas estabelecem uma forma sobre como construir uma educação em que a família e a escola têm suas diferenças mas também complementam uma a outra. O diálogo entre escola e família é possível desde que as diferenças sejam respeitadas, sejam discutidas e principalmente somadas.

Propondo uma educação que respeite as diferenças, a escola estará trabalhando o que Freire (1996) chama de “natureza ética da prática educativa”.

A discussão sobre a relação entre escola e família faz-se necessária por que são inúmeros os problemas enfrentados por ambas durante o processo de se educar um ser humano.

Por desconhecerem a pedagogia utilizada pelos professores, muitos pais desautorizam os professores perante seus filhos, levando-os a desrespeitarem algumas regras da escola, numa atitude invasiva, distante de um postura crítica, necessária e construtiva. E a escola muitas vezes utiliza-se de diagnósticos e intervenções apressadas, perante informações baseadas muitas vezes em preconceito ou desconhecimento da realidade vivida pela criança. Acreditam que se a criança mente é porque convive com mentirosos, se é agressiva é porque convive com pais agressivos, ou porque provêm de

pais separados, etc. E não procuram investigar realmente quais são as causas para determinados comportamentos de seus alunos.

Qual o lugar da Família na formação da criança? E qual é o lugar da Escola?

Segundo Szymanski (2003), o lugar da família está em contribuir com muito amor e desprendimento, a cada momento, na construção de um ser independente, criativo, livre (capaz de fazer escolhas), justo e feliz, dando prioridade à comunicação estabelecida na família através do diálogo que dá abertura aos questionamentos e às mudanças.

Ainda de acordo com a autora, o lugar da escola se encontra em educar para a democracia no sentido da construção de um ser humano reflexivo, crítico, criativo, participativo, comprometido socialmente e transformador da realidade, garantindo a aprendizagem de certas habilidades e conhecimentos necessários para a vida em sociedade, contribuindo no processo de inserção social das novas gerações.

Com isso, podemos perceber que a função da família e da escola se complementam na construção de um ser humano mais participativo e mais consciente. Sabemos que a relação entre a escola e a família tem se modificado muito nas últimas décadas.

Passamos por períodos de rápidas transformações. A sociedade mudou, escola mudou, a família está em constante mudança. Na relação entre a família e a escola poderíamos apontar a transição de uma fase em que a família confiava plenamente na escola, estabelecendo até uma cumplicidade, para uma outra em que a família passa de um lado a criticar a escola e de outro,

contraditoriamente, a transferir suas responsabilidades para a mesma. Como exemplo disso, poderíamos citar o que muitas vezes acabamos assistindo com amigos e parentes: muitos pais ensinam desde cedo os filhos a contarem “o que a professora fez com ele”, e em contrapartida, vemos também pais que passam para a escola as funções inerentes à família: “desde aprender a amarrar sapato, escovar os dentes, até à iniciação religiosa”. (CONNELL, 1995)

A relação entre a família e a escola se iniciou quando a família viu-se incapaz de educar seus filhos sozinha. E a escola foi entendida como o local onde os “iluminados” iriam educar e preparar a criança para a vida. (CUNHA, 2003)

Atualmente, acusa-se muito a Família pelos problemas educacionais. Mas é importante refletir sobre o porquê disto está acontecendo. A nosso ver, dois fatores determinam esta situação: a concentração de renda no país e a ânsia de consumo, que trazem como conseqüências o fato de o homem ter que trabalhar mais e a mulher também se colocar no mercado de trabalho. As preocupações com o desemprego e com a sobrevivência acabaram por diminuir a convivência familiar.

Dentro deste breve panorama, podemos elencar algumas situações, citadas por Vasconcelos (1994, p.76), que mostram a importância da relação escola e família.

Uma das situações vividas pela escola é a procura dos “culpados”. No tratamento da questão do relacionamento escola-família, há um risco seríssimo de se cair no jogo de ficarmos procurando culpados. De um lado os professores dizem que os pais é que são os grandes responsáveis pelos problemas existentes em sala de aula. Do outro, são os pais que culpam os professores pelos

problemas enfrentados pelos seus filhos, e a escola ainda culpa o sistema pela má qualidade de ensino. Podemos dizer que é preciso superar este jogo, pois não se trata de buscar o culpado, isto só leva ao desgaste e ao imobilismo frente ao problema existente. Ao contrário, faz-se necessário vislumbrarmos o compromisso de cada parte, dentro de uma visão de totalidade, buscando que cada um assuma suas respectivas responsabilidades.

Outra situação refere-se em como os pais e a escola entendem o termo “participação”. Numa perspectiva democrática de organização da escola, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa é fundamental. Mas, é preciso analisar cada solicitação da comunidade atendida para que a escola não ceda às cobranças equivocadas. Cabe aos educadores a responsabilidade social de desempenhar conscientemente esta função de análise. É importante que a escola trabalhe com a conscientização dos pais, para uma verdadeira participação, através de uma comunicação clara sobre as propostas e a prática pedagógica da escola. Quando a família é orientada, no sentido de perceber a importância de seu papel para o bom desenvolvimento da educação escolar, fica mais fácil visualizarmos práticas concretas de uma participação efetiva.

Vasconcelos (1994, p.77) também nos mostra exemplos de participação efetiva, como:

apoiar as mudanças da escola; não ficar com saudosismos: “no meu tempo...” * Participar da vida da escola (Conselho de escola, APM, reuniões, grupo de mães, grupo de reflexões, acompanhamento de alunos, reforço escolar, etc.) * Os profissionais pais podem colocar sua

especialidade à serviço da escola (ex: pais médicos, professores, pedreiros, marceneiros, artistas, psicólogos, nutricionistas, entre outros)
* Procurar superar a contradição entre a educação doméstica e a educação escolar (Ter valores comuns de respeito, verdade, justiça, trabalho, liberdade, diálogo, etc.) * Não ver a escola como um “mal necessário” para garantir a ascensão social, mostrar que através da escola podemos colaborar para a transformação do mundo que aí está, no sentido de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Em contrapartida, cabe à escola aproveitar as reuniões de pais como momentos de interação da relação escola e família, abolindo a simples entrega de notas. Entregar notas na reunião acaba por se tornar momento de destaque de um ou outro. A reunião de pais, além de poder vir a ser um momento de interação e de conhecimento, também pode ser um espaço de luta dos vários envolvidos com o processo de construção da sociedade que queremos em favor de condições mais dignas de existência: educação, saúde, habitação, lazer, melhorias no bairro, entre outros.

Uma outra situação também freqüente no meio escolar é a falta de perspectiva em relação ao estudo. Por que estudar? A escola sozinha não consegue revelar a recompensa (ascensão social) da importância de estudar. Atualmente escutamos frases vindas dos alunos, como por exemplo: “O meu tio estudou tanto e agora está desempregado...” “Por que estudar se o meu pai nem estudou e está bem de vida...” “Estudar para quê?” Para que a escola consiga dar um novo sentido para o estudar é preciso que haja colaboração dos pais, no que se refere a ajudar os filhos a pensarem sobre o verdadeiro sentido da vida, possibilitando uma reflexão sobre um real projeto de vida alicerçado em objetivos e perspectivas comprometidas com a transformação social.

Finalmente outra situação vivida pelos educadores refere-se à questão dos limites. Percebemos que cada vez mais os alunos vêm para a escola com

menos limites trabalhados pela família. Isto fica claro quando escutamos frases como esta: “Pode bater, pode fazer o que quiser, eu já não posso mais com ele”. Com isso, podemos dizer que os pais acabam por exigir da escola uma postura autoritária. É tarefa da escola ajudar os pais a entender que existem outras alternativas, que superam o autoritarismo e também o espontaneísmo. Deve-se esclarecer aos pais a concepção de disciplina valorizada pela escola, buscando minimizar a distância entre a disciplina domiciliar e escolar. A família pode ajudar na construção da disciplina, através de algumas práticas como ressalta Vasconcellos.

Re-adquirir a prática do diálogo, ser capaz de impor limites, estabelecer horários, superar a oscilação entre a permissividade e o autoritarismo, estabelecer e cumprir limites (dialogando, chegar a limites razoáveis), não ceder diante da insistência ou chantagem, nunca dizer não sem explicar o porquê, não acobertar erros dos filhos, incentivar os filhos a terem uma postura crítica, acreditar nas possibilidades do filho, desenvolver uma pedagogia de participação, atribuir responsabilidades aos filhos, entre outras “. (VASCONCELOS, 1994, p.82).

Existem profissionais da educação (especialistas, professores, etc.) que apontam o fracasso da família como uma das causas principais do fracasso escolar. Afirmam que a falência da família é um fenômeno ou um problema contemporâneo e alegam, principalmente, que os pais já não sabem como educar seus filhos e recorrem a especialistas, delegando tal responsabilidade a professores, psicólogos, médicos. A escola, ao lidar com o fracasso/sucesso escolar de seus alunos acredita que a participação da família é decisiva no

processo educativo. Entretanto, alguns autores defendem que a escola muitas vezes produz um mito de que a criança só aprende se houver a participação da família. Segundo Lahire (1997, p.335),

alguns professores até parecem pensar que a ausência de relações, a ausência de contatos com algumas famílias, explicaria o 'fracasso escolar' das crianças. Por isso, é preciso fazer os pais irem, de qualquer jeito, à escola: nas diversas reuniões, festas, etc.

Ainda de acordo com Lahire, se considerarmos que a simples participação dos pais na vida escolar poderia modificar as coisas em relação aos desempenhos das crianças, estaríamos postulando, com isso, uma hipótese que se revelaria como totalmente ingênua e superficial.

De acordo com pesquisas recentes (ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2001) que enfocam a relação família-escola constatamos que esta relação parece assumir características bem diversas, pois são também diversos os grupos sócio-culturais que freqüentam a escola e vários também são os sujeitos que estão dentro da escola.

Estas pesquisas demonstram de acordo com Guimarães (2001) que quando a escola usa o termo família, está-se referindo à participação de um grupo ainda estranho, distante, fora da escola. Solicita-se, então, a participação da família, para que esta manifeste interesse e envolvimento na escola e na escolaridade dos filhos, indo a reuniões, contatando professores, acompanhando trabalhos escolares. Quando isso não ocorre, a família passa a ser considerada "força passiva", que deve ser mobilizada. Todavia, ocorre a substituição do termo família, por pais, quando a família passa efetivamente a "entrar na escola". Estas sutilezas acontecem sem que nos demos conta delas. Torna-se importante o reconhecimento dos jogos embutidos nos conceitos usados no dia-a-dia, muitas vezes sem a percepção de seus significados e simbolismos, os quais, certamente, influenciam os tipos de interação que a escola e a instituição familiar estabelecem.

Para que ocorra uma interação eficaz entre a família e a escola, faz-se necessário avaliar a comunicação entre os envolvidos. Em nossa rotina, presenciamos muitos desencontros nas informações, diálogos e explicações que estabelecem entre a escola e a família. Se os pais têm sorte de partilhar a linguagem da escola, tudo bem. Se não têm, sobre que mundos paralelos podem assentar-se o diálogo entre a escola e a família?

Há basicamente dois tipos de comunicação estabelecidos entre a escola e a família, ambos fadados ao fracasso. No primeiro deles, está aquele tipo de relação em que a família se sente tão estranha à escola, tão alheia, num tal sentimento de inferioridade, que gera inseguranças e que pode justificar o silêncio e o distanciamento desses pais. Num outro tipo de comunicação, o das famílias que detêm uma linguagem privilegiada, “de doutor”, pode-se também cair em outros tipos de fracasso da comunicação, porque o nível de cobrança e de pressão da família pode gerar desconfiças e inseguranças, agora na escola. E, no mínimo, hostilidade. Por isso, a escola hoje tem necessidade de falar menos e ouvir mais, precisa ser menos presunçosa, mais humilde, aprender também, e não apenas ensinar. O perigo, se não houver princípios e valores que sustentem a instituição, é perder o rumo, ficar à deriva. É preciso ouvir mais e não demais. Democratizar as relações é o caminho. (APPLE, M.& BEANE, 1997)

O desafio da escola passa a ser o de favorecer a confiança nos pais, para expressarem suas idéias e suas expectativas em seus próprios códigos, no processo de construir um diálogo, que nunca está pronto. Como ressalta Szymanski (2003), num espírito de colaboração mútua e de disponibilidade, costuma-se descobrir fontes de capacidades expressivas, comunicativas e

interpretativas nos encontros entre escola e família. Aliás, é sempre bom lembrar que as culturas podem ser diferentes, mas buscam-se valores comuns, que possam orientar o projeto educacional da escola e da família.

A relação família-escola sempre existiu, mas atualmente, fazemos parte de um novo quadro de relações que começa a se delinear, não mais pautado apenas nas relações individuais entre cada professor e cada família, mas numa relação que pretende ser partilhada entre grupos representativos de parceiros educativos – pais e professores. Os pais ficam confusos quanto ao seu papel. Por um lado, a escola facilmente se apercebe de que esta colaboração não é isenta de riscos e mal-entendidos, trata-se de uma relação de colaboração conflituosa, dada a ambigüidade entre as duas fronteiras. Por outro lado, a família já responde pelos valores e atitudes dos filhos, passa a ter, ainda a atribuição de contribuir para a qualidade e quantidade de informação fornecida ao seu filho. Outrossim, a escola já não tem apenas a função de instruir, e passa também a ser responsável pela lacuna que muitas famílias têm deixado na educação dos filhos.

Este novo quadro de relações encontrou tanto a escola como a família, desprevenidas, sendo ainda preciso percorrer um longo caminho. (ALENCAR, 1985) Contudo, observamos que os primeiros passos, certamente, já estão sendo dados.

Através da História, sabemos que a escola ainda é considerada o local privilegiado para a educação social do ser. E hoje, a escola, cada vez mais, toma consciência da sua responsabilidade social, e a família também. Trata-se de uma verdadeira obra conjunta de reforma social em busca de novas e melhores condições para um mundo em mudança.

Muitos pais desautorizam os professores perante seus filhos, levando-os a desrespeitarem algumas regras da escola, numa atitude invasiva, distante de uma postura crítica, necessária e construtiva. E a escola, muitas vezes, utiliza o "psicologismo", ou seja, de diagnósticos e intervenções apressadas, perante informações, por exemplo, de situações de separação de casais ou histórias de alcoolismo na família do aluno, agressividade, etc.

Existem razões para que seja tão desgastante e tão pouco produtiva a relação família/escola que tem origem na forma de pensar e na postura das famílias. Acostumados a não participarem de nada, a não terem voz e nem vez, padecendo do mal do autoritarismo, os pais, quando se abriam as portas da escola, passaram a querer ditar normas, a definir assuntos sobre os quais não tinham o menor conhecimento. Também lhes faltou humildade e sobrou presunção.

Outra razão com origem na família, conforme alerta-nos Pereira (1987), é a tentativa de transferir a responsabilidade de educar para a escola. A responsabilidade primeira pela educação dos filhos é da família. Diante da complexidade da vida moderna, a família se sente incapaz de prover as crianças de todos os conhecimentos e habilidades de que estas necessitam para viver de modo significativo na sociedade; portanto, buscam as escolas. Há, contudo, um equívoco que vem acontecendo com frequência: a família transfere para a escola a responsabilidade de educar os filhos que gerou. Tal responsabilidade pode ser compartilhada, mas não transferida. A escola, por mais esforços que faça, não conseguirá substituir a família.

A relação família/escola é relação de parceria. Esta se estabelece entre iguais, entre pares. Havendo subordinação, submissão, é impossível falar de parceria. As dificuldades, no entanto, para criar uma verdadeira parceria com as famílias não devem desestimular os dirigentes da escola. Atualmente, é muito

difícil construir uma escola de qualidade sem a contribuição dos pais. As pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação mostram que as escolas que estão melhorando são aquelas em que há uma participação efetiva dos pais, apoiando, cobrando nas horas certas e de maneira competente, assumindo responsabilidades e reconhecendo e aplaudindo os acertos. Há muito que aprender, de ambos os lados, para que essa relação tenha resultados que, de fato, contribuam para a qualidade da educação.

Faz-se necessário que a escola ocupe, cada vez mais, um espaço de formação constante para os adultos nela envolvidos, pais e educadores, principalmente. Um trabalho educativo que considere, por todo o ano letivo, oportunidades de troca de experiências e aquisição de novas informações para que professores e pais, sendo melhores educadores, a criança também usufrua tais avanços.

Uma outra questão, segundo Lahire (1997), ao tratar de níveis mais adequados na relação escola-família, é a de tentar afastar de vez o caráter punitivo que a escola costuma utilizar quando pede o comparecimento dos pais. É necessário que eles sejam convocados a participar de decisões que afetam a vida de seus filhos e, assim, possam acompanhar o trabalho da escola e colaborar com ela.

Neste momento então, a escola e a família tornam-se parceiros com um objetivo comum: a melhor formação para um ser em desenvolvimento. E o principal para este compromisso é a co-responsabilidade, ou seja, escola e família reconhecendo-se como agentes neste processo de formação. Não convém um ficar culpando o outro. Quando escola e família caminham juntas, optam pelos mesmos valores, acontece a transformação do meio em que se vive, como acredita Pereira (1987), “Assim, não é só o filho o único educando e, sim, toda a

família, a comunidade escolar e a cidade que se voltam para a escola, realizando uma transformação da sociedade.”

Ressaltamos que, pensar na relação família/escola, considerando apenas as situações formais, como as reuniões de pais ou os contatos da direção com os pais, ou achar que a participação da família é apenas trabalhar na festa junina da escola ou cuidar da festa de formatura, é simplificar perigosamente a questão. Cada aula, cada contato, cada telefonema atendido, tudo isso é hora da verdade para a escola. A escola que chega para as famílias é a que os alunos levam para casa, e essa escola, quase sempre, é a que os professores levaram para a sala de aula. Em algumas situações, a melhor maneira de trabalhar a relação com a família é cuidar da relação com os professores, é criar uma sintonia interna. Antes do diálogo, é necessário que haja monólogo. (GUIMARAES, 2001, p.43) A relação com a família, muitas vezes, tem seus picos de tensão nas salas de aula, na secretaria, nos gabinetes técnicos educacionais, na portaria da escola. É importante compreender que a relação com as famílias se dá por meio de várias pessoas: alunos, funcionários, professores, técnicos educacionais. É preciso educá-los para essa relação. A escola precisa acreditar que a participação da família é importante decisivo no processo de democratização.

Acreditamos que para melhorar a participação das famílias na escola e desta na vida da comunidade, gerando uma verdadeira relação de troca, o ponto de partida é o reconhecimento mútuo. O conhecimento das escolas a respeito das famílias é, muitas vezes, baseado em preconceitos (MELLO, 1995, p.52). O mais freqüente é o da “família desestruturada” – a grande responsável pelos fracassos em língua portuguesa, matemática, geografia, etc. Outros preconceitos muito

freqüentes são o da “carência cultural” e do desinteresse das famílias. O preconceito se limita a uma interpretação fechada do outro e seu mundo define atitudes, sentimentos e ações que guardam a mesma característica de rigidez.

As famílias, por sua vez, também precisam reconhecer que a escola pode ser o local privilegiado para a socialização do saber e não enxergá-la como um mundo incompreensível, com o poder de dar um veredicto sobre o futuro de seus filhos (BORSOTTI, BRASLAVSKI, 1985). As famílias precisam aprender a linguagem da escola, principalmente a burocrática. Mas para isso acontecer, somente com o diálogo contínuo.

O reconhecimento mútuo a que nos referimos pode ser uma possibilidade de abertura de um novo caminho. Significa, além de descobrir a própria ignorância sobre o outro e seu mundo, desvelar seus saberes e suas competências. Por que ao analisarmos a relação da escola com a família, nota-se, freqüentemente, uma confusão quanto a quem cabe a educação das crianças e quais aspectos são específicos de cada instituição?

Algumas vezes, as famílias sentem-se desautorizadas pela professora, que toma para si tarefas que são da competência da família. Sendo assim, uma condição importante nas relações entre família e escola é a criação de um clima de respeito mútuo – favorecendo sentimentos de confiança e competência- tendo claramente delimitados os âmbitos de atuação de cada uma. Pensamos que equipes de profissionais multidisciplinares possam colaborar para a construção de um conhecimento. A intermediação da comunidade, com a participação de seus representantes (associações, clubes, etc), também abre perspectivas de uma

parceria, na qual a troca de saberes substitua a imposição e o respeito mútuo possa fazer emergir novos modelos educativos, abertos à contínua mudança.

É impossível um diálogo entre a família e a escola? Baseando-se nos pontos citados e, ciente de que são necessárias mais pesquisas sobre a questão, acredito que a relação entre a família e a escola esteja fragilizada devido às condições materiais e psicológicas que tanto professores quanto pais de alunos enfrentam diariamente. Para se estabelecer uma relação, é necessário tempo e disposição, mas, na maioria das vezes, nem a escola nem a família possuem este tempo. Levando-se em conta tantos problemas que a escola tem tido com seus alunos (violência, drogas, não-aprendizagem, etc) e estes problemas incluem a participação direta dos pais, é preciso estabelecer um vínculo entre estes dois grupos (família e escola) que são responsáveis pela formação do ser humano, do aluno.

CAPITULO III

PERCURSOS METODOLÓGICOS

1 A trilha escolhida

A opção metodológica deste estudo nasceu juntamente com a seleção do tema. A abordagem qualitativa surgiu como uma opção apropriada para tornar o fenômeno possível de ser interpretado.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (CHIZZOTTI, 2003, p.79)

As pesquisas qualitativas são exploratórias, isto é, estimulam os pesquisados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem surgir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. A pesquisa qualitativa é usada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. Prioriza a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, não buscando medir e/ou enumerar os eventos estudados, nem procura empregar instrumental estatístico na análise de dados. A

pesquisa qualitativa apóia-se fundamentalmente na compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes envolvidos na situação em estudo (MAZZOTTI, 1998).

Bogdan e Biklen (1982), para discutir o conceito de pesquisa qualitativa, apresentam cinco características básicas:

- 1) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- 2) os dados coletados são predominantemente descritivos;
- 3) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- 4) o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador e
- 5) a análise de dados tende a seguir um processo indutivo.

Durante a pesquisa, preoquei-me em analisar as idéias que os dois grupos participantes tinham sobre a temática: a relação entre a família e a escola. Para isso, procurei manter contato direto com a situação pesquisada utilizando-me de descrições da escola e dos pais sobre o que significava a participação da família no espaço escolar.

A dialética também insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento. (...) Valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens. (CHIZZOTTI, 2003, p.80)

Para coletar outras informações e dados usei a entrevista semi-estruturada que, de acordo com Mazzotti & Gewandsznajder (2002), “são também chamadas focalizadas, o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos.” (p. 168)

A entrevista é um instrumento no qual o entrevistador tem por objetivo obter informações do entrevistado relacionadas a um objetivo específico. Na entrevista semi-estruturada, o entrevistador tem uma participação ativa, apesar de observar um roteiro, ele pode fazer perguntas adicionais para esclarecer questões para melhor compreender o contexto. (COLOGNESE & MÉLO, 1998).

De acordo com Gaskell (2003), a entrevista semi-estruturada tem sido amplamente empregada em pesquisas de caráter qualitativo por ser capaz de fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os indivíduos e sua situação, pois seu objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos em contextos sociais específicos.

2 O espaço estudado

A escola escolhida foi a Escola Estadual Doutor João Alves, de Ensino Fundamental; integrante da rede Estadual de Ensino, está localizada em um

bairro na zona leste periférica no município de Montes Claros, estado de Minas Gerais.

Esta escola oferece as séries iniciais do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, a fase introdutória (crianças com 6 anos) e as séries finais do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, a fase IV (crianças com 09 e 10 anos que estão terminando a primeira parte do Ensino Fundamental).

Em 1987 foi conseguido, junto à Prefeitura Municipal, um terreno no bairro para construção do prédio próprio. Em outubro de 1991 aconteceu a primeira eleição direta para o diretor da escola, após a aprovação em concurso público, agora regida por lei estadual. Em 10/12/1998 foi concluída a construção do prédio da referida escola onde funciona atualmente.

No ano de 2002, a escola contemplou em seu Projeto Político Pedagógico a Educação Inclusiva, visando a atender os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sendo Escola Piloto de Inclusão.

Através de solicitação em Plano de Atendimento de 2003, o prédio foi ampliado em 2004 com a construção de 04 (quatro) novas salas para atender a demanda de matrícula do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos e na parte térrea um auditório que veio atender aos anseios da comunidade escolar.

Hoje, a Escola Estadual Doutor João Alves atende a uma clientela oriunda de nove bairros adjacentes, sendo 910 (novecentos e dez) alunos e 78 (setenta e oito) funcionários. Oferece em 02 (dois) turnos a Educação

Fundamental quais sejam: 19 (dezenove) turmas do Ciclo Inicial de Alfabetização (alunos na faixa etária de 6 a 8 anos) e 16 (dezesesseis) turmas do Ciclo Complementar de Alfabetização (alunos na faixa etária de 9 a 12 anos).

Em relação à aprendizagem, há uma média de 20% de alunos por turma com ritmo de aprendizagem mais lento que a maioria, exigindo dos professores a utilização de diferenciados recursos pedagógicos para atendê-los.

A Escola conta com 35 (trinta e cinco) docentes regentes de turma; 09 (nove) regentes como professor eventual; 02 (dois) professores de Educação Física e 02 (dois) de Ensino Religioso. Conta ainda com professores de biblioteca e professor de recursos, sendo que a maioria possui habilitação em nível superior.

Os especialistas em educação são em número de 04 (quatro) com carga horária entre 24 (vinte e quatro) e 40 (quarenta) horas semanais. O trabalho da equipe pedagógica é bastante direcionado para planejamentos, pesquisa sobre os recursos pedagógicos, apoio ao desenvolvimento de projetos coordenados pelos professores e atendimento individual de alunos encaminhados pelas professoras sob a alegação de que os mesmos são indisciplinados, preguiçosos, desinteressados.

A diretora está sempre presente em todas as áreas e atividades da escola, liderando, delegando responsabilidades, analisando resultados, propondo melhorias, participando ativamente do processo.

O quadro administrativo conta com 01(um) vice-diretor, 01 (uma) secretária, 04 (quatro) auxiliares de educação e 15 (quinze) ajudantes de serviços gerais. Além de cumprirem as atribuições inerentes aos cargos que ocupam, também auxiliam na manutenção da ordem disciplinar e em serviço de apoio ao setor pedagógico.

A Escola pesquisada tem como missão: “A política educacional da nossa unidade é proporcionar aos nossos alunos a possibilidade de sucesso na sala de aula e na vida, através de uma educação de qualidade, onde funcionários, alunos e pais sejam cúmplices de um mesmo ideal: formar o cidadão crítico, participativo, comprometido e capaz de conviver em harmonia com a modernidade.” E destaca em seu PPP (Projeto Político Pedagógico) o desejo de incluir a família em seu processo de ensino-aprendizagem.

A Escola Doutor João Alves procura em suas várias ações incentivar a participação da família. Entretanto, encontra dificuldades e, por isso, a direção e a equipe pedagógica pensam que a pesquisa é de grande importância no sentido de identificar as causas e as propostas de soluções para um trabalho mais participativo e democrático fazendo com que a missão da Escola seja vivenciada na prática.

3 Os Sujeitos envolvidos

Nesta pesquisa trabalhamos com 09 representantes da Escola, sendo eles: 03 do Serviço Pedagógico e Administrativo (Especialistas e Diretora) e 06 regentes de turmas: 03 professoras da Fase Introdutória e 03 professoras da Fase IV.

Para preservar a identidade dos pesquisados foram usados os seguintes códigos para identificá-los: 1 a 3 seguidos da sigla SPA (Serviço Pedagógico Administrativo) e de 4 a 9 seguidos da sigla RT (Regente de Turma).

Neste grupo de representantes da Escola que respondeu às entrevistas, as respostas são bem parecidas, o que destaca uma certa homogeneidade entre as idéias.

Participaram também da pesquisa as famílias dos alunos das professoras envolvidas na pesquisa, ou seja, pais que tinham filhos matriculados na Fase Introdutória e na Fase IV durante o ano de 2006. Para a coleta de dados, foram convidados 05 alunos de cada sala dando um total de 30 pais/mães/responsáveis pelas crianças.

Segundo Chizzotti (2003),

na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. (p.83)

A opção por trabalhar com os pais que matricularam os seus filhos em 2006 (estão iniciando nesta escola – Fase Introdutória) e com os pais cujos filhos estão deixando a escola em 2006 (ou seja estão concluindo as primeiras séries do Ensino Fundamental) deve-se ao fato de que assim poderíamos analisar as formas de relação que as famílias desenvolvem com a escola quando os filhos estão iniciando o processo de escolarização e quando os filhos estão concluindo a primeira parte deste processo.

Os alunos pertencem a famílias de média e baixa renda, com alguns problemas sócio-econômicos e culturais.

Quanto à estrutura familiar algumas crianças vivem com apenas um dos pais (separados ou mães solteiras), com avós, tios, mas em sua maioria vivem em famílias convencionais.

Cerca de 20% das famílias são ausentes e não participam diretamente da vida escolar das crianças por motivos diversos, tais como: trabalho, desinteresse, ignorância, falta de instrução.

Entretanto, 80% dos pais são presentes, comparecem à Escola sempre que solicitados em reuniões, festividades e assistem às crianças em tarefas, pesquisas, projetos, etc, além de considerarem o espaço da Escola como referencia de lazer, segundo levantamento do PSF (Programa Saúde Familiar) do bairro Santa Lúcia.

Um número significativo de alunos, cerca de 10%, apresentam algum tipo de necessidade educacional especial em relação aos demais, como: visão subnormal, deficiência auditiva, deficiência da fala, déficit de atenção e hiperatividade, disfunções mentais e/ou comportamentais fortes (inclusive fazendo uso de remédio controlados) e problemas graves de ordem emocional, que necessitam de atenção especial.

Nesse universo acima descrito, trabalhamos com 30 (trinta) famílias. No decorrer da pesquisa, 03 (três) famílias desistiram e terminamos com 27 (vinte e sete) representantes sendo pais (03), mães (23), avós (01). Estas famílias foram divididas entre as famílias dos alunos que cursam a Fase Introdutória (destas participaram 13 famílias) e as famílias dos alunos que cursam a Fase IV (participaram 14 famílias) do Ensino Fundamental.

Estes grupos de famílias que responderam às entrevistas destacam-se pela heterogeneidade em alguns aspectos como: a condição sócio-econômica; a escolaridade apresentada; o número de filhos; as ocupações e profissões.

Para preservar a identidade dos participantes foram usados números de 1 a 27 para identificá-los:

- Pais/mães/responsáveis do número 01 ao 13 refere se às famílias dos alunos da Fase Introdutória.
- Pais/mães/responsáveis do número 14 ao 27 refere se às famílias dos alunos da Fase IV.

4 Procedimentos utilizados

A pesquisa foi iniciada em 2005 quando o Ensino Fundamental público em Minas Gerais, segundo a Resolução SEE nº 469, de 22/12/2003, passou a contar com 09 anos e a primeira etapa ficou composta por 05 anos iniciais, sendo as Fases Introdutória, I e II, (crianças de 06 a 08 anos) e posteriormente os anos finais, Fases III e IV (crianças de 09 e 10 anos).

Primeiramente procurei a direção da escola para colocar a intenção de se fazer a pesquisa e os objetivos da mesma.

Após o primeiro encontro com a diretora, foi realizada uma reunião com a presença da pesquisadora, a diretora, as especialistas responsáveis pelas fases envolvidas e as respectivas professoras de cada fase. Nesta reunião, foi traçado como a escola estaria disponível para o desenvolvimento da pesquisa.

Para o primeiro contato com as famílias, comecei observando a entrada e saída das crianças na escola utilizando-me também de conversas informais. Observei também como a família mantinha contato com a escola. Neste momento, fiz perguntas informais sobre como as famílias percebiam a escola e sobre o que as professoras sabiam sobre as famílias dos seus alunos.

Dando andamento à pesquisa, foram marcadas reuniões de pais e mestres no auditório da escola. Nestas reuniões, obtive o primeiro contato formal com todos os pais e professoras da fase Introdutória e fase IV. Os primeiros momentos das reuniões foram com a diretora e as especialistas e os segundos momentos foram com as professoras nas salas de aula. Então

convidei os pais a participarem da pesquisa e a partir daí foram marcados novos encontros entre mim e os pais sujeitos da pesquisa.

Foram realizadas as entrevistas com a diretora (ANEXO B); as especialistas (ANEXO C); as professoras, sendo 03(três) da Fase Introdutória e 03(três) da Fase IV (ANEXO D); com as famílias dos alunos (ANEXO A) que se prontificaram a participar da pesquisa (participação voluntária), sendo 05 (cinco) alunos de cada sala, ou seja, perfazendo um total de 30 (trinta) pais/mães/responsáveis.

Para os primeiros contatos com as professoras, houve conversa informal sobre a pesquisa para explicitar os objetivos da mesma.

Nas entrevistas realizadas com os participantes da escola (diretora, especialistas, professoras), conversei sobre o tema e elas levaram as entrevistas para casa para responderem melhor. Em um segundo momento, retomaram-se as conversas e a entrevista foi concluída.

Com as famílias (pais, mães e responsáveis pelos alunos), as entrevistas foram realizadas nas casas dos alunos, na escola e em uma reunião onde foi feita uma entrevista coletiva (neste momento, com a licença dos sujeitos a entrevista foi gravada). As famílias aproveitaram para sanar algumas dúvidas e a entrevista pôde então ser finalizada.

Considerando os objetivos do trabalho, era preciso que os pais e profissionais da escola (família e a escola) explicitassem seus pensamentos e

expectativas sobre a escola e a relação da escola com os pais. As questões foram vistas de formas diferentes, com opiniões também diferentes, apesar de que, em alguns pontos, os dois grupos apresentaram opiniões muito parecidas.

Após a realização das entrevistas , todo o material coletado foi transcrito num processo cuidadoso e demorado. Em seguida foi feita uma comparação entre a transcrição e a gravação verificando assim a qualidade do material.

O primeiro grupo foi formado pelos Pais/Mães/Responsáveis pelos alunos da Fase Introdutória. Este grupo de pais compunha-se de treze responsáveis por alunos da Fase Introdutória , sendo onze mães e dois pais. São identificados nesta pesquisa como: Mãe 01, Pai 02, Mães 03, 04, 05, 06, Pai 07, Mães 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

O segundo grupo foi formado pelos Pais/Mães/Responsáveis pelos alunos da Fase IV. este grupo foi composto de quatorze responsáveis por alunos da Fase IV, sendo doze mães, um pai e uma avó. São identificados nesta pesquisa como: Mãe 14, Mãe 15, Pai 16, Mães 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26; e Avó 27. Com este grupo algumas entrevistas aconteceram nas casas dos entrevistados e outras na escola. O diferencial deste grupo em relação ao primeiro é que este está com os filhos há quatro anos na escola, portanto, concluindo a primeira etapa do Ensino Fundamental.

O terceiro grupo foi formado pelos nove representantes da Escola: uma diretora, duas especialistas, três professoras da Fase Introdutória e três professoras da Fase IV. Este grupo é identificado com os seguintes códigos: 1 a 3

seguidos da sigla SPA (Serviço Pedagógico Administrativo. A diretora e especialistas) e de 4 a 9 seguidos da sigla RT (Regente de Turma. As professoras regentes).

Primeiramente foi explicado a cada grupo os objetivos da pesquisa e as entrevistas foram iniciadas.

É possível observar que as escolas e famílias continuam constituindo agências socializadoras e, como tal, apresentam tanto aspectos comuns, como divergentes. Compartilham da tarefa de preparar os jovens no desenvolvimento de habilidades que possibilitem uma inserção crítica e participativa na sociedade. Divergem, contudo, nas tarefas de ensinar. A escola, segundo Szymanski (2003, p.62) tem “a obrigação de ensinar (bem) os conteúdos construídos de áreas do saber considerados como fundamentais para a instrução de novas gerações” e às famílias cabe “dar acolhimento a seus filhos um ambiente estável, provedor, amoroso”, pelo menos no plano do ideal, no caso de ambas as agências.

Tanto a família quanto a escola acreditam que é preciso uma maior interação entre elas. Mas não conseguem demonstrar isso através dos seus discursos. As famílias e a escola apontaram como problema as outras famílias que não estavam participando da pesquisa, dizendo que estas não participam de jeito nenhum.

O discurso das famílias consiste em dizer que a escola é importante e que é necessário a participação de todos. Falam isso, procurando colocar

exemplos, como participação em colegiado, rifas e promoções para a escola, participação em reuniões escolares.

Já a escola tem o seu discurso também parecido com o da família e acrescenta ainda que é preciso que os pais acompanhem as tarefas escolares dos filhos.

A relação entre a família e a escola pode significar o envolvimento da família na educação escolar dos filhos participando dos trabalhos realizados pela escola e pelos professores para criar, entre outras coisas, uma atmosfera que fortaleça o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças nesses dois ambientes socializadores (família e escola).

Buscando pesquisar as diferentes falas, procurei organizá-las, tentando estabelecer uma relação entre elas. Então alguns grupos foram se delineando: o significado da escola; a importância do diálogo entre a família e a escola; em que se pensa quando se fala sobre relação entre estes dois grupos; em que cada grupo deve contribuir já que deseja uma comunicação eficaz entre família e escola. Nota-se que tais focos se incorporam às questões postas nas entrevistas.

O resultado da pesquisa foi um conjunto inicial de dados organizados em dois eixos básicos: as concepções da escola e o sentido da relação entre a família e escola.

Às falas foram concedidos significados que iam além da medição e das evidências permitindo, assim uma compreensão sobre o que os grupos (família e escola) imaginam quando descrevem a relação entre eles.

Na interpretação dos dados coletados, limitei-me a um processo de reflexão sobre as falas tanto dos pais quanto dos professores, buscando pontos comuns e pontos divergentes relacionados à temática em questão.

Voltando aos discursos da família e da escola e dialogando com alguns teóricos, então procurei ultrapassar o caráter apenas descritivo da pesquisa, buscando estabelecer novas perspectivas para o fenômeno estudado.

CAPITULO IV

A ESCOLA: PERCEPÇÕES E SIGNIFICADOS

Uma escola não é o somatório de salas de aula onde os professores são individualmente responsáveis pela prática pedagógica ali desenvolvida. Ela constitui uma entidade sociocultural formada por grupos relacionais que vivenciam códigos e sistemas de ação num processo que faz dela, ao mesmo tempo, produto e instrumento cultural.

(TEIXEIRA, 2001)

Ao questionarmos as famílias e os profissionais da educação sobre o significado de Escola, pudemos observar diferentes olhares acerca da instituição investigada.

Os significados da Escola:

Para as famílias, é difícil compreender o que significa a escola. Parece algo banal, já que hoje todos os pais ou responsáveis por menores são obrigados a mantê-los na escola. “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Art. 6º). E outra entrevistada complementa, “escola é um todo. E a maior parte do dia a criança está na escola e é obrigada.” (mãe nº 4).

Alguns relacionam o significado de escola a uma visão romântica da educação. “Escola é a segunda casa do meu filho. Confio plenamente na escola

que escolhi, pela disciplina, por acreditar que terá uma base forte para o futuro”. (Mãe nº 06). “Educação global (social, coletiva e familiar). É a porta para se entrar na sociedade (ingressar).” (Mãe 05)

Para estas famílias, a escola é vista como um local (senão o único) aonde as crianças vão para aprender, socializar, etc. Deixam claro em suas falas que a escola tem que ensinar como se comportar na sociedade. Os pais colocam a escola como a segunda casa do filho. É lá que há a continuação e complementação do que se é aprendido em casa.

A escola para estas famílias é o universo de cultura escrita. É onde as pessoas lêem bem, sabem mais sobre o mercado de trabalho e sobre as exigências do mesmo.

Das famílias entrevistadas, uma fala chama-nos a atenção. “Escola é o lugar onde os filhos estudam e os professores ensinam”. (Mãe 08)

Ou seja, as crianças vão à escola para estudar e os professores devem ensinar a estas crianças.

Entretanto, encontramos pais e mães que entendem a escola como um espaço vivo e sujeito a contradições e conflitos. A escola, além de possuir uma estrutura burocrática que a compõe, também possui uma constituição cultural e simbólica que lhe confere vida própria e lhe permite responder às demandas e limitações que lhe são impostas pelo meio (CANDIDO, 1977, p.108).

Essa constituição é tecida pela rede de significados que criam elos que ligam passado e presente, instituído e instituidor, e estabelece as bases de um processo de construção e reconstrução permanente (GEERTZ, 1989, p.15). “Parte integrante da vida sócio-cultural da criança. Visa à integração social do ser humano, antes da habilidade científica ser desenvolvida”. (Pai nº 07) “Escola significa uma educação global, dada junto com a família. É a porta para se entrar na sociedade”. (Mãe nº 05) “É um local de aprendizado, onde nossos filhos recebem uma educação específica sobre vários assuntos e matérias que o ajudarão ao longo da sua vida pessoal e profissional. A escola deve ser um complemento da família”. (Pai nº 02)

É importante destacar que os conceitos colocados acima são de pais de alunos da Fase Introdutória, ou seja, são pais que estão começando a sua relação com a escola de seu filho. Já os pais dos alunos da Fase IV (os filhos estão deixando esta escola) deram o significado para a escola como um ambiente onde se vai para estudar, adquirir conhecimentos e educação, construir um futuro, conviver com pessoas diferentes e é a segunda casa para a criança. “Um lugar onde podemos adquirir mais conhecimento e educação”. (Mãe nº 15). “É um crescimento para nossa vida. Sem a escola não somos ninguém. Estudei pouco e quero que minhas filhas estudem para ser alguém na vida. Educação começa em casa e continua na escola”. (Mãe nº 23). “A escola é o local onde meus filhos aprendem a ser cidadãos de bem. Onde eles vão aprender a ler e escrever”. (Mãe 22).

No Segundo Grupo de pais obtivemos as respostas muito semelhantes ao primeiro. A maior parte respondeu que “a escola é o lugar onde os nossos filhos tiram uma parte do dia para estudar e conviver com pessoas diferentes”. Uns ressaltaram a escola como “a segunda casa para a criança”. (Pai 16; Mãe 20; Mãe 24).

Os profissionais da escola afirmaram que a mesma além de ser um espaço coletivo é também um espaço institucional. As respostas definem a escola como um espaço de aprendizagem. “É um espaço institucional, sistematizado onde ocorre o ‘saber’ ou melhor, a prática do saber sistematizado e onde se faz Educação”.(SPA 01). “Escola é o lugar onde se formaliza o processo educativo, onde o espaço coletivo faz uma instituição que, concretiza a certificação da educação”. (SPA 02 e SPA 03). Também afirmam que a escola “é o espaço onde podemos aprender ou ensinar algo, onde podemos encontrar pessoas, fazer amigos, enfim é um lugar onde pode acontecer tudo de bom”.(RT 04, RT 05 e RT 06). “Escola é pessoa, gente, indivíduos. Dotados de atividades múltiplas que os enriquecem dia-a-dia. A escola que não aproveita essas diferenças estaciona-se e compromete sua missão.” (RT 07, RT 08 e RT 09). “Escola é o lugar onde se formaliza o processo educativo, onde o espaço coletivo faz uma instituição que concretiza a certificação da educação”.(SPA nº 01). “É um espaço institucional onde ocorre a prática do saber sistematizado e onde se faz educação”. (SPA nº 02)

Os regentes de turma (professores, denominados aqui de RT) apresentam uma visão ainda mais abrangente sobre a escola. Demonstrem em

suas respostas que a escola é um espaço institucional, mas que também é um lugar onde acontecem relações diferenciadas. Concebem a escola como um sistema social em constante construção e que está enfrentando muitos desafios neste início de século.

A escola é o espaço em que os alunos, os professores, os funcionários e os pais têm para crescerem na ética social. A escola, como educandário, deve fazer com que todos que nela trabalham exerçam realmente o papel de passar segurança, educação, etc ao aluno. (RT nº 04).

Ainda ressaltam que “na escola, podemos aprender e ensinar algo. Onde podemos encontrar pessoas, fazer amigos, enfim é um lugar onde pode acontecer tudo de bom”. (RT nº 06). “Escola é pessoa, indivíduos dotados de atividades múltiplas que os enriquecem dia a dia. A escola que não aproveita essas diferenças estaciona-se e compromete a sua missão maior”. (RT nº 07).

Para Delval (2001), a escola é uma instituição extremamente complexa, embora possa parecer simples à primeira vista. Aparentemente, as crianças e jovens vão à escola para receber a formação necessária para poderem integrar-se a sociedade em que vivem. Em contrapartida, a sociedade exige cada vez mais que os indivíduos freqüentem a escola durante um grande número de anos e ali aprendam os conhecimentos de que precisarão para sua vida posterior. Na realidade, entretanto, percebemos que a escola desempenha diferentes funções como: cuidar das crianças enquanto os pais trabalham, socializar as crianças, transmitir e adquirir novos conhecimentos, além de outras funções misteriosas e até ocultas.

Considerando a educação todas as manifestações humanas que buscam a apropriação da cultura produzida pelo homem, definimos a escola como um espaço privilegiado de produção e socialização do saber e que se encontra organizada por meio de ações educativas que visam à formação de sujeitos concretos: éticos, participativos, críticos e criativos.

Pode-se perceber que as famílias depositam na escola grandes expectativas, pois em todos os depoimentos a escola é definida como um lugar de aprendizagem e de complementação da educação oferecida pela família. Salientam que a escola tem o poder de dar rumos diferentes às vidas das crianças e por isso querem que seus filhos concluam os estudos. Mas quando investigamos sobre a relação que eles mantêm com a escola e como auxiliam no processo escolar dos filhos, constatamos que a família muitas vezes não se acha competente para ajudar neste processo.

Para as famílias, a escola deve garantir a aprendizagem das crianças. E desta forma, a escola precisa da colaboração da família. Mas quando os pais entrevistados afirmam isso, eles não respondem com clareza como a família auxilia no processo de aprendizagem. Ressaltaram que esta escola é muito boa porque os pais são comunicados de tudo o que envolve a escola e a comunidade.

Quando questionados sobre a presença da família na escola, pais e especialistas, respondem que a presença da família na escola e o diálogo entre as duas partes é muito importante no aprendizado e na socialização da criança.

A relação com a escola:

O grupo dos pais foi unânime em responder que a relação é boa e enfatizaram a presença nas reuniões de pais. Para este grupo a participação da família na escola está relacionada às reuniões. “Procuro ser participante, conversar com a professora. Os pais devem saber como vai o desenvolvimento do filho e se precisar de mim.” (Mãe 06) “Participo de todas as atividades do meu filho, dão livros e materiais e participo de todas as reuniões. Converso com meu filho sobre como está na escola, sempre (e com a professora)” (Pai 07).

A importância de estar presente na Escola:

Todos os entrevistados deste grupo colocaram que é muito importante a sua presença na Escola. Mas, ressaltaram que nem sempre tem tempo disponível para participar melhor. “Acho importante a minha presença na escola, mas não tenho tempo”.(Mãe 09). Em todas as falas verifica-se que os pais acreditam que com a ajuda da família o desenvolvimento dos filhos será melhor.

Acho importante a família na escola para que haja uma interação entre a família e a escola e que juntos possamos somar esforços visando ao desenvolvimento dos alunos e filhos. Procuro sempre participar das reuniões, mas não tenho uma participação muito efetiva. (Pai nº 02).

Outros participantes complementam, “eu acho importante a presença dos pais na escola, senão como vamos ficar sabendo o que acontece lá? Eu sempre participo das reuniões”. (Mãe nº 06 e Pai 16).

As dificuldades na relação com a Escola:

Os entrevistados (Grupo I) estão iniciando a relação com a escola, e por isso afirmaram ainda não ter nenhuma dificuldade com a escola. Afirmaram que a escola é bem conceituada e acreditam que os filhos terão um bom rendimento. Entretanto enfatizaram que é preciso uma maior abertura da escola para com as famílias dos alunos. “Hoje a escola está mais aberta à participação dos pais. Acho que a maior dificuldade é a falta de tempo disponível para uma maior participação”.(Pai 02). Somente uma mãe ressaltou estar encontrando dificuldades com a escola “Tem vezes que preciso falar com a professora e ela não tem tempo”. (Mãe 10).

A maioria dos entrevistados do Grupo II disse não ter grandes dificuldades com a escola. Alguns entretanto apresentaram umas dificuldades: “Os horários das reuniões e às vezes demora muito”. (Mãe 15 e Mãe 24); “Dizem as professoras que a minha filha não faz a tarefa. Mas quando ela faz, as professoras não corrigem”. (Mãe 17); “Eu quis mudar minha filha de sala no ano passado e a escola não aceitou”. (Mãe 21); “Às vezes eu não consigo ir à escola nos momentos em que sou chamada”. (Avó 27).

Contribuições à Escola:

Mais uma vez os entrevistados (Grupo I) ratificaram que a contribuição que podem dar é participar das reuniões e eventos que a escola promove. Assim, a família auxilia a escola no processo de ensino aprendizagem dos filhos.

O grupo II também afirmou que a contribuição que podem dar é participando das reuniões e eventos promovidos pela escola. Todavia uma mãe entrevistada acha que a escola poderia propor mais atividades para as famílias “gostaria que a escola organizasse tipo um clube – oficina – junto com as mães: Cabelo/pintura/crochê,etc,. Assim a família auxilia a escola e a escola também contribui com os pais”. (Mãe 24)

Relação Família-Escola: perspectivas e possibilidades

Os entrevistados (Grupo I) elogiaram a iniciativa da escola em promover a pesquisa e colocaram a importância da mesma para a melhor relação entre eles e a escola.

Espero que esse trabalho possa chegar aos que comandam o ensino como um todo, para que eles sintam as nossas dificuldades e as da escola e possam disponibilizar mais recursos para que os educadores possam desempenhar melhor essa função tão importante que é educar nossas crianças, que são o futuro da nação. (Pai 02)

Uma mãe acrescentou “acho que deveria acrescentar questões sobre a inclusão social da criança deficiente física na escola, pois este questionamento tem sempre que existir em qualquer pesquisa”.(Mãe 06).

Os entrevistados (Grupo II) também elogiaram a iniciativa da escola em promover a pesquisa mas ressaltaram que não fique só nos questionamentos. “A escola deve estar sempre refletindo sobre a relação entre ela e as famílias dos seus alunos.” (Mãe 25). Enfatizam que a escola precisa de mais encontros em horários alternativos para que todos possam participar da vida escolar dos seus filhos.

O grupo de pesquisados da escola (Grupo III) compartilha das opiniões muito semelhantes aos pais. Acreditam que os pais estando em contato com a escola contribuem para uma melhor aprendizagem da criança.

No relacionamento com as famílias dos alunos apostam no diálogo para a melhor convivência. “É uma relação de respeito. Aqui na Escola me sinto sempre a serviço e enquanto prestadora de um serviço, o cliente, ‘meu aluno e sua família’ é fundamental. Relação pautada em diálogo constante, reflexões e sensibilizações.” (SPA 01, SPA 02 e SPA 03).

Além do diálogo, as professoras afirmam que é importante investir na amizade com os pais das crianças. “Tenho uma boa relação com as famílias dos meus alunos, extremadas na amizade, cordialidade e cooperação com vista ao desenvolvimento integral dos meus alunos”.(RT 04). “Procuro relacionar-me da melhor maneira possível. Instigo a amizade para que haja confiança, respeito e

com isso a reciprocidade”.(RT 07). Uma professora (RT 05) disse que a relação é boa, entretanto poderia ser melhor. Mas não apontou os motivos para a resposta.

As professoras acreditam que a presença da Família na Escola é indispensável para que se faça um bom trabalho. A família deve estar apoiando a escola, pois “para educar é preciso comungar; só há comunhão se há convivência, conhecimento do outro, cumplicidade.” (SPA 01). “É fundamental para que a educação se complete e desenvolva as relações de forma efetiva”.(SPA 02 e SPA 03). Segundo este grupo entrevistado, é indispensável que os pais acompanhem a formação de seus filhos e se integrem com a escola para torná-la melhor, proporcionando melhores condições aos seus filhos e comunidade escolar.(RT 04, RT 05, RT 06, RT 07, RT 08 e RT 09).

Quanto aos obstáculos na relação com a Família, os profissionais revelam que a maior dificuldade é que na maioria das vezes a escola sente-se sozinha na tarefa de educar as crianças. “Excesso de confiança na Escola. Muitas famílias fazem a matrícula de seus filhos, mandam os filhos diariamente para a Escola e desaparecem enquanto pais”. (SPA 01). “Acomodação de horários para atendimento. Dificuldades que afetam questões sociais como: desemprego, moradia, alimentação, etc.” (SPA 02 e SPA 03)

As professoras ainda apontaram como dificuldades: “A ausência de alguns pais em função de seus afazeres, o que dificulta uma harmonia no relacionamento entre pais, filhos e escola”.(RT 04). “A cultura de continuar com os hábitos de leitura. Horário para reuniões. Falta de compromisso dos pais cujos alunos precisam de maior assistência”.(RT 05 e RT 06). Também apontaram : a falta de diálogo, falta de assistência nas tarefas, a falta de compromisso com a

freqüência de seus filhos. (RT 07, RT 08 e RT 09). “Eu acho que não é possível um trabalho separado. A família também é mola mestra na escola. Minha relação com os pais dos meus alunos é boa, mas poderia ser melhor”. (RT nº 05). “O aluno tem que sentir que sua família está valorizando seus estudos. Tenho pouco contato com estas famílias aqui, por que acabo de chegar a esta escola. Mas achei as famílias um pouco desinteressadas”. (RT nº 08).

Verificamos que hoje a escola assume diversas funções. Quando perguntamos às pessoas o porquê da escola, a primeira resposta que obtivemos é que vão para aprender, para adquirir conhecimentos para a vida. Entretanto, alguns se deterão na necessidade de aprender em nossa sociedade e na difícil situação dos que não freqüentam a escola ou são analfabetos. Alguns também poderão indicar que as crianças precisam de alguém que cuide delas enquanto os pais trabalham.

Constatamos que a escola não tem como função apenas transmitir conhecimentos construídos e incentivar a construção de novos conhecimentos pela criança. Ela precisa ainda desenvolver funções que muitas vezes não são dela e que segundo Delval (2001, p.81) estas funções são complexas, bastante misteriosas e ocultas.

Através da História, sabemos que no Século XVII, quando a escola foi pensada como agência de apoio à família, Comênio, um pensador da época, dizia que do mesmo modo que as pessoas procuram um açougue para o

abastecimento de carne, um alfaiate quando precisam de roupas, os pais deviam procurar escolas para a educação de seus filhos.

Segundo Cunha (2003, p. 448), as famílias eram vistas como necessitadas de auxílio para a educação das crianças ou porque não tinham tempo ou porque não tinham competência para tanto. Através das palavras de Comênio, os pais assumiam tarefas que os desviavam da possibilidade de educar bem as crianças. Então, surge a escola para complementar a educação oferecida pela família, e assim liberando os adultos para outras ocupações relevantes na sociedade. São estas as palavras de Comênio (apud CUNHA, 2003, p.448) a favor das escolas:

(...) raramente os pais estão preparados para educar bem os filhos, ou raramente dispõem de tempo para isso, daí se segue como consequência que deve haver pessoas que façam apenas isso como profissão e desse modo sirvam a toda a comunidade.

Nos dias atuais, os pais, qualquer que seja a classe social a que pertençam, não querem que a escola apenas instrua seus filhos.

A escola tem uma proposta para a inserção sócio-cultural do meu filho e eu como pai, tenho a minha proposta também para ele. Por isso é importante a relação da família com a escola, para haver um cruzamento de informações e interesses. (Pai 07).

Desejam também que a escola eduque no sentido amplo da palavra, que transmita valores morais, princípios éticos, padrões de comportamento. As famílias acreditam que a escola é indispensável não só para a formação

profissional, mas principalmente para a integração da pessoa ao mundo da comunicação escrita que domina o cenário cotidiano. O problema é que a escola não suporta tanta responsabilidade e acaba não cumprindo o que é a sua função principal e o motivo de sua existência: facilitar a inserção do indivíduo no mundo social, tornando-o membro do grupo social, transmitindo-lhe conhecimentos acumulados e auxiliá-lo na construção de seu próprio conhecimento.

Por não desempenhar sua principal função, a escola muitas vezes solicita o auxílio dos pais. Aqui destacamos a fala de uma entrevistada sobre a importância da relação entre a família e a escola,

É importantíssima uma relação entre a família e a escola. A cumplicidade entre a família e a escola é essencial para que aconteça a continuidade da aprendizagem em casa e para que a criança se sinta segura com a participação da família. (RT 07)

Outras entrevistadas ainda enfatizam, “o aluno tem que sentir que sua família está valorizando seus estudos”. (RT 08) “É muito importante o convívio entre escola e família. A família ajuda no processo de ensino-aprendizagem quando participa e valida as ações da escola”. (RT 09)

Todos já ouvimos a expressão “a escola é o segundo lar”, como se a escola (instituição formal) fosse uma extensão pública dos cuidados maternos. Essa expressão segundo Lahire (1997), Delval (2001) e Cunha (2003) é falsa, porque jamais a escola foi norteadada pelos mesmos princípios educacionais

vigentes no lar. A escola tem a sua peculiaridade assim como a família (enquanto instituição) também tem a sua. Se hoje a escola solicita a participação da família é preciso refletir até onde a escola e as famílias estão preparadas para dialogarem de uma forma madura e consciente sobre os papéis e funções que cada instituição representa na formação de um indivíduo social.

Como já foi abordado nesta pesquisa, a família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado. Trata-se de uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre conscientes e intencionalmente dirigidas. A citação abaixo corrobora esta idéia:

(...) a criança constitui seus esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação através das formas que assumem as relações de interdependência com as pessoas que a cercam com mais frequência e por mais tempo, ou seja, os membros da família. (...) Suas ações são reações que “se apóiam” relacionalmente nas ações dos adultos que, sem sabê-lo, desenham, traçam espaços de comportamentos e de representações possíveis para ela (LAHIRE, 1997, p.17).

No entanto, quando questionamos as famílias e a escola sobre as dificuldades que cada uma enfrenta em relação à outra e quais as contribuições que cada grupo pode estar oferecendo, encontramos respostas que nos leva a um único pensamento: tanto a família como a escola afirma que uma não deve existir sem a outra.

A escola está mais aberta à participação dos pais. Acho que a maior dificuldade é a falta de tempo disponível para uma maior participação. Procuro contribuir participando dos projetos da escola sempre que for solicitado. (Pai 02)

A dificuldade que encontro em participar da escola é a recepção dos funcionários. Acho que não está boa. Precisa melhorar. A contribuição que penso poder dar a escola é na medida do possível atender as necessidades em relação ao meu filho. (Mãe 03)

A dificuldade que encontro com as famílias é quanto aos hábitos de leitura, horários para reuniões e falta de compromisso dos pais cujos alunos precisam de mais assistência. Eu procuro contribuir com as famílias dos meus alunos conscientizando-os através de dinâmicas e reflexões. (RT nº 05)

A dificuldade mais relevante é justamente a ausência das famílias em que as crianças apresentam mais dificuldade de aprendizagem. Gostaria muito se tivesse tempo para poder visitar cada criança, ver a realidade de cada um para poder contribuir com alguma coisa melhor do que já faço em sala de aula. (RT nº 06)

Conforme observou Ariès (1981), a relação das famílias com a escola alterou-se significativamente se compararmos o momento em que a reprodução social não dependia de títulos escolares (sociedade tradicional), com outro, característico da sociedade moderna, quando o capital dominante é notadamente escolar.

Hoje o reconhecimento da educação escolar como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar, é apontado pelos pais como um dos motivos em que se é preciso ter boas relações com a escola em que seus filhos estudam. E a escola por sua vez, acredita que é preciso o apoio das famílias porque lida com problemas sociais muito específicos: drogas, sexualidade desregrada, violência, trabalho infantil.

A escola e as famílias pesquisadas acreditam que é justamente aí que um grupo pode contribuir com o outro, auxiliando no enfrentamento dos problemas sociais.

Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é a esperança que nos move. (FREIRE, 1992, p.126).

Quando a escola e a família se dispõem a refletir sobre os problemas vividos tanto por um grupo quanto pelo outro conseguem estabelecer um sentido novo em suas relações. A escola deve ser concebida como um espaço aberto, que ligada a outras instituições culturais e científicas, colabora na formação de um sujeito crítico e atuante em seu meio (NOVOA, 2002, p.23). Para atingir tal objetivo, a escola precisa da família, vista como uma força onde a criança ou jovem irá desenvolver o que está sendo construído e vivenciado na escola. Estas duas instituições juntas ajudam a fortalecer os ideais que tanto desejamos e pregamos para uma verdadeira educação de qualidade.

A escola torna-se um espaço público (NOVOA, 2002) onde além de discutir conhecimentos já elaborados e construídos, discute-se também as questões envolvendo a participação em debates sociais e culturais e, principalmente a um trabalho continuado junto às famílias dos seus alunos.

CAPÍTULO V

AS POSSIBILIDADES DE PARCERIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrar-se é próprio daqueles que se (re)conhecem companheiros, que têm prazer de sentirem-se semelhantes; daqueles que se sabem diferentes, mas que na riqueza de suas diferenças, vão construído um espaço comum, no qual circulam idéias, projetos, crenças e utopias. (SILVA, 1995, p. 89)

Tanto a família quanto à escola consideram importante o fortalecimento dos laços que as unem. Acreditam e desejam ter mais intimidade um grupo com outro. Para a consolidação deste desejo o que será preciso fazer?

O universo doméstico, através da ordem material, afetiva e moral que reina ali todo o instante, pode desempenhar um papel importante na atitude da criança na escola. (LAHIRE, 1997, p.25)

Abordamos com os entrevistados que contribuição a família pode oferecer à escola e vice-versa, como a escola pode contribuir com o trabalho desenvolvido pela família.

Os pais destacam que desejam fazer o possível para colaborar com a escola, mas, nem sempre conseguem. Geralmente a participação resume-se em colaborar com as festas, promoções e reuniões promovidas pela escola.

É evidente a necessidade de se buscar formas de articulação entre a Família e a Escola. Falar sobre isto é fácil, o difícil é construir esta articulação. Ainda mais que se vê a educação hoje como algo permanente, por toda a vida, um processo continuado e não mais como uma etapa: estudar, para depois, entrar no mercado de trabalho.

Se assim é, a relação Família-Escola não diz respeito apenas aos filhos-alunos, mas a todos, familiares e professores, comunidade e sociedade em geral que buscam oferecer uma possível compreensão das questões envolvidas e os limites e possibilidades de cada uma destas duas instituições para uma ação comum: a educação de crianças e jovens. Persiste a pergunta de origem dupla: O que a família espera da escola e o que a escola espera da família?

E o aluno, a criança, o jovem, diante disso? Na sua educação valoriza-se sua autonomia, autenticidade, criatividade. E a família coloca filhos na escola e não alunos, mas esta recebe alunos e não filhos. Mas se pensamos em parceria entre estas duas instituições, temos de compreender suas diferenças. A família lida com os filhos 24 horas por dia, durante a semana toda. Já a escola lida com os alunos por período determinado e, normalmente, apenas algumas horas, em 5 dias da semana.

É uma parceria entre instituições distintas. Se a desejamos eficaz temos de reconhecer as características de cada uma e descobrir as pontes possíveis existentes.

Quando refletimos sobre a parceria entre a família e a escola, notamos não estar presente um terceiro componente, o "filho-aluno". Afinal é ele o elo destas duas instituições, ambas em "crise", sendo criticadas pelo que "não" fazem (e deveriam fazer) numa realidade de intensas transformações. Por mais que seja criticada a escola, e a família vista como desestruturada, (SZYMANSKI, 2003, p.67) ambas são instituições valorizadas. Talvez seja o aluno quem possa melhor captar o atual desejo da escola como instituição de ter a família mais próxima dela, para enfrentar as atuais dificuldades, senão as intencionalidades e obrigações decorrentes para efetivar a parceria desejada.

Falar em parceria é fácil. Construí-la é um trabalho exigente que terá de levar em consideração as condições reais da Escola, da Família e, também, desses novos filhos/alunos. A possibilidade de relacionar-se estabelecendo parcerias amplia a postura de: mudar o sujeito, para avaliarmos nossas posições e leituras e criarmos padrões relacionais mais férteis, mais significativos, mais eficazes.

Nesta relação de parceria, a família entra como um tesouro que vai ajudar a escola a compreender melhor o sujeito (aluno) e facilitar as suas intervenções. Quando estudamos sobre como a escola e a família se relacionam, percebemos que o tipo de relação que o aluno mantém com a escola e com o seu processo de aprendizagem não está restrito ao tipo de família (famílias tradicionais, famílias de recasamento, famílias de um só membro parental, famílias de pais separados), mas e também nas relações que seus membros mantêm entre si. Como se organizam, como estão definidos o papel, a função e o lugar de cada um neste sistema e qual o tipo de relação que mantém com o sistema

escolar, qual o valor que destinam ao estudo, à cultura, à formação. É no momento de entrada do primeiro filho na escola que o sistema familiar tem seus valores colocados à prova e expostos. A Escola serve como um instrumento que coloca a família em confronto com as diferenças e com a diversidade de valores e de formas de educar. A parceria destes dois sistemas é fundamental para que ocorram os processos de aprendizagem e crescimento de todos os membros destes sistemas, uma vez que entendemos que o processo de aprendizagem não está circunscrito a conteúdos escolares.

Considerando o tema complexo, pois permite múltiplas visões, destacamos que a relação escola-família precisa ser analisada do ponto de vista da cultura (MEDINA, 1974). Isso implica visões de mundo diferenciadas, tanto no que se refere aos valores, quanto à realidade socioeconômica.

A escola tem um papel importante na constituição do sujeito, tanto do ponto de vista de seu desenvolvimento pessoal, social e emocional, quanto da constituição da identidade, além de sua inserção futura na sociedade. Já a família deve estar preparada para dar as condições necessárias aos seus filhos para que eles possam cumprir as expectativas da escola. Entretanto, quando esta tarefa familiar fica prejudicada devido à situação de pobreza ou abandono, baixa expectativa de escolaridade por parte dos pais, dificuldades afetivas de relações entre pais e filhos e estratégias de controle e disciplinas deficientes, torna-se difícil um diálogo franco e igualitário entre a escola e a família. Aqui, reforçamos a necessidade da escola e família serem instituições parceiras. E esta parceria deve acontecer em ações e práticas educativas que influenciem no desenvolvimento das crianças e jovens. A escola reconhecendo os pais como

educadores e capazes de desempenhar a tarefa de educar seus filhos. E a família reconhecer nos profissionais da escola pessoas que trabalham e se esforçam para o progresso dos seus filhos.

Segundo Silva (1985, p.86),

quando pais e professores compreendem que têm papéis diferentes, formas diferentes de ser, mas que vão interagindo-se, se relacionando no conjunto, encontram caminhos para uma relação sem tantos conflitos. A interação, o relacionamento em conjunto, pressupõe o diálogo e é por meio dele que se constrói a inteligibilidade das relações sociais.

Nesse sentido, não existe uma única verdade, uma única versão, cada sujeito vive e interpreta a situação de acordo com sua visão de mundo. Com isso Escola e Família, que possuem funções que se assemelham e se aproximam, funções estas que se resumiriam, sinteticamente, como Proteger - Educar - Dar autonomia, podem permanecer no espaço da troca e de complementação sem cair na armadilha do espaço de disputa, buscando acertos e erros. Pensando deste jeito, imprimimos uma curiosidade na nossa forma de nos relacionarmos com o outro. Dessa forma, olhar o sujeito na Escola é pensá-lo com sua história, no seu momento de vida. Participar deste convite da integração e contextualização é não dicotomizar, abrindo-se para uma multiplicidade de possibilidades.

Família - Escola: encontros novos

Participação não é o resultado de processos automáticos e espontâneos, mas de uma conquista diária e conseqüência do fortalecimento da responsabilidade dos indivíduos. (PELLEGRINI,1991)

O percurso vivido nesta pesquisa ajudou-me a refletir sobre as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisados e como esta relação interfere no processo de desenvolvimento da criança. Ajudou-me a perceber como a nossa práxis ilustra nosso modo de pensar, de teorizar. Como afirma Freire,

não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente *vivendo*, histórica, cultural e socialmente *existindo*, como seres fazedores de seu "caminho" que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao "caminho" que estão fazendo e que assim os refaz também. (1992, p.97)

E foi assim, tentando trilhar um caminho onde o diálogo seja o princípio de tudo que procurei analisar e clarear alguns pontos antes obscuros para mim.

No mundo atual, tudo é muito rápido. Urgente. Como fazer para darmos conta de tantas obrigações? Sendo assim, a escola é vista como um ambiente onde os pais deixam os filhos para que possam estar desenvolvendo outras atividades. Isso que vivemos hoje, como se fosse algo próprio da vida moderna, já acontecia no início da história entre a escola e a família. Quando estudamos as origens destas instituições, sabemos que historicamente ambas estiveram sempre desejando o melhor para a criança em desenvolvimento, ainda que suas formas de agir e pensar sejam distorcidos.

Através das entrevistas, das conversas informais e principalmente das visitas realizadas, consegui perceber o quanto à escola e a família acreditam um no outro e realmente pensam que unidos podem resolver muitos problemas relacionados à aprendizagem da criança. Com esta análise, procurei desvelar o significado que a relação entre escola e família tem para cada um dos grupos envolvidos.

A escola muitas vezes credita à família a responsabilidade pela formação integral da criança. Pensa que se os pais colaborarem em casa tudo irá surtir efeito. Mas diante das dificuldades sociais em que vivemos, poderá ser assim? Deixar a complementação do ensino para a família é eximir-se da responsabilidade pelo desenvolvimento socioeducacional da criança e do adolescente e colaborar com o processo de exclusão destes da escola. Ora, quanto mais baixo o nível instrucional da família, menos condições ela pode oferecer para tal desenvolvimento e, neste caso, mais a escola deve assumir essa função. Como nos alerta Alves (1991 p.126), “as políticas que se ocupam da questão do menor devem centralizar seus esforços em dois aspectos: a prevenção da evasão escolar e o apoio às famílias”.

As famílias por sua vez também pensam que com a colaboração dos pais a tarefa da escola de ensinar bem será feita com melhor qualidade. Entretanto, muitas vezes os pais não têm condições de acompanhar seus filhos. Trabalham muito, vêm pouco os filhos, são separados, crianças criadas por avós, o que acaba dificultando a relação com a escola. Somando a tudo isso, ainda tem a questão do tempo escolar que, na maioria das vezes, não coincide com o tempo das famílias. O que solicitam da escola é que, por um lado, facilite a maior

participação deles nela. E por outro, que a escola cumpra sua parte no processo educacional.

No diálogo com as famílias foram percebidas as suas angústias diante das exigências e cobranças hoje feitas pela escola e que muitas vezes acham-se incapacitados para atendê-la. Colocaram também como dificuldade maior em participar da vida escolar a luta pela sobrevivência, a escassez de tempo em acompanhar as crianças nas tarefas e projetos escolares. Já a escola fica angustiada perante as múltiplas responsabilidades atribuídas a ela tanto pelas famílias quanto pela sociedade. A escola ressalta também que muitas vezes tem vontade de fazer algo mais pelas famílias de seus alunos, mas encontram dificuldades tais como: recursos financeiros, falta de pessoal, e a própria dinâmica da escola.

É importante ressaltar que na pesquisa, entrevistei pais (figura masculina) que estão presentes na escola, mães (trabalham até 9 ou 10 horas por dia) e famílias consideradas pela escola como ausentes, aqueles que só vão a escola para casos extremos de convocações. E as professoras, com exceção de uma, já trabalham há muito tempo na escola.

Ao concluir, percebo também que em vários momentos, tanto a família como a escola, lidam com algo imaginário. O que cada grupo pensa que o outro deve fazer. Segundo Ansart (1978), o imaginário social é um conjunto de “sistemas de representações através dos quais as sociedades se auto designam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores”. Para ele,

toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins alcançar. (ANSART, 1978, p.21)

O que ocorre é que na relação entre a família e a escola, cada grupo procura realizar seus objetivos, satisfazer seus anseios através da prática social que são seus atos na trama das relações que cada um estabelece com os outros, sejam eles pais, alunos, professores, etc.

Quando a família e a escola constatam que têm comportamentos diferentes em relação à educação da criança, mas que podem somar seus esforços na busca de uma educação dinâmica e libertadora, conseguem então ultrapassar a linha do imaginário social. Sobre a possibilidade de o imaginário social se manifestar como código de comportamento capaz de regular os comportamentos recíprocos, Tevês (1992) fornece um exemplo simples, e talvez por isso, bastante esclarecedor. Diz ela:

quando se fala, imagina-se, pressupõe que o Outro está nos entendendo, mais ainda, esperam-se dele certas respostas. A nossa expectativa em relação aos Outros se funda nas idéias, nas crenças, que temos em relação a nós. (p.18)

Procurando atender ao foco de interesse deste estudo, procurei fazer um resgate histórico e sócio-cultural sobre o início da relação entre família e escola. Para isso encontrei suporte em grandes nomes do cenário internacional

como Phillipe Áries (1981) e Bernard Lahire (1997). Já no Brasil, encontrei algumas dificuldades, visto que como afirma Nogueira, Romanelli e Zago (2000) falta tradição em estudos que tratem das interações entre a família e a escola. Mesmo assim, vale destacar que existe um relativo consenso entre os autores que estudam o tema que se trata de uma relação complexa e, por vezes assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as duas instituições; relação essa sujeita a conflitos de diferentes ordens, em especial nos bairros particularmente marcados por condições socioeconômicas desfavoráveis.

Destaco que, em tempos remotos, a família cumpria sua função sem precisar de auxílios externos, ou seja, assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes. Entretanto, com o passar do tempo isso não era mais suficiente. Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial antes de deixá-la unir-se aos adultos. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a preocupar-se com o futuro e a preparação da criança para a vida. Ficou convencionado que essa preparação fosse assegurada pela escola. A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida por leis e regimentos próprios. Aí surgia a relação entre a família e a escola, como já foi abordado na pesquisa.

Assim, afirmo mais uma vez que o desafio da escola está em estabelecer o diálogo em suas relações ultrapassando as idéias (às vezes errôneas) que a escola tem sobre as famílias e vice-versa. Temos muito caminho a percorrer, embora já tenhamos andado muito. Muitos professores visitam as

casas dos seus alunos, participam de eventos, conversam com os pais sobre os sucessos e as dificuldades da criança. As famílias também defendem os professores dos seus filhos e procuram amenizar conflitos. O diálogo já começa a florir em nosso meio. Somente através do diálogo é que poderemos entender uns aos outros: a escola compreender as necessidades das famílias dos seus alunos (e aqui eu destaco a relevância das funções dos orientadores e supervisores escolares) e as famílias entenderem os desafios impostos hoje à escola.

É preciso o diálogo em nossas relações, onde cada um possa colocar-se como é. Que os sujeitos possam respeitar-se mutuamente e construir uma relação permeada pela solidariedade em busca do bem comum.

O diálogo tem uma significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro. O diálogo, por isso mesmo, não *nivela*, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz ao outro. Nem é tática manhosa, envolvente, que um usa para confundir o outro. Implica, ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele engajados, que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua. (FREIRE, 1992, p.118)

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E.S. **A criança na família e na sociedade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ALVES, Alda. Meninos de rua e meninos da rua: estrutura e dinâmica familiar. In: **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANPED, **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2001.

ANSART, Pierre. **Ideologia, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

APPLE, M. & BEANE, J. (orgs). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed.rev.São Paulo: Moderna, 1996.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1982.

BORSOTTI, C.A.;BRASLAVSKI, C. Hacia una teoria del fracaso escolar en familias de estratos populares. In: MADEIRA, F.; MELLO, G.N. **Educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Gráfica Central, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial, Brasília, 1996.

CANDIDO, Antonio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. São Paulo, Nacional, 1977, p.107-128.

CARVALHO, M.E.P. (2000) **Relações entre família e escola e relações de gênero**. Cadernos de Pesquisas nº 110, pp. 143-157.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 6 ed.São Paulo: Cortez, 2003.

COLOGNESE, S. A., MÉLO, J. L. B. de. A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social. In : **Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v. 9, 1998.

COMÊNIO, J.A. **Didactica magna**. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

CONNELL, R.W. et al. **Estabelecendo a diferença: escolas, famílias e divisão social**. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CUNHA, M.V. **O discurso educacional renovador no Brasil (1930-1960): um estudo sobre as relações entre escola e família**. Araraquara, 1998. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

_____. **A Escola contra a Família**. In: LOPES, E.M.; FILHO, L.M. (orgs). 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

DELVAL, Juan. **Aprender na vida e aprender na escola**. Trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Organização do Trabalho na Escola: alguns pressupostos**. São Paulo: Ática, 1993.

GANDIN, D. **Escola e Transformação Social**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GASKELL, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In BAUER & G. GASKELL (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem** (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.

GOMES, M.F. (org) **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GUIMARAES, M.C.F. **Escola-família: encontros, desencontros**. In PROCAD, SEE/MG – 2001.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares: As Razões do Improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LEVY STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. **A família**. In SHAPIRO H.L. **Homem, Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

MACEDO, Rosa M. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. In: BARROS DE OLIVEIRA, Vera, BOSSA, N. (orgs). Petrópolis: Vozes, 1996.

MAZZOTTI, A.J.O **Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MEDINA, C.A. de. **Família e Mudança**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1974.

MELLO, S.L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C.B. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

NOGUEIRA, M.A., ROMANELLI, G., ZAGO, N. (orgs.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NÓVOA, Antonio. **Formação de Professores e Trabalho Pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

PELLEGRINI, M. Zanella. **Administração participativa da teoria à práxis**. Polígrafo, PUC/ADERGS, 1991.

PEREIRA, W.C.C. **Associação de Pais e Mestres: uma experiência viva**. Belo Horizonte: SEGRAC: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1987.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, emoção e ideologia**. In: LANE, Silvia T. M. **O Homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
SEE/MG. Resolução nº 469 de 22 de Dezembro de 2003.

SILVA, José Gilberto. **A parceria ausente: a escola na perspectiva dos pais**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1985.

SZYMANSKI, Heloísa. **Trabalhando com famílias**. São Paulo: IEE/PUC-SP, Caderno de Ação nº 1, mar: 1992.

_____. **A Relação Família/Escola: Desafios e Perspectivas**. Brasília: Plano Editora, 2003.

TEIXEIRA, L.H. Políticas públicas de educação e mudança nas escolas públicas. Um estudo da cultura escolar. In: OLIVEIRA, D.A. & DUARTE, M.R.T. **Política e trabalho na escola. Administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. A cultura organizacional e o impacto das propostas de mudança em escolas estaduais de Minas Gerais. In: DOURADO, L.F., PARO, V.H.(orgs). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p.143-158.

TEVES, Nilda. **O imaginário na configuração da realidade social**. In TEVES, Nilda (Org.) **Imaginário e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Relação Escola – Família: da acusação à interação educativa**. In: AEC, Revista de Educação – ano 23 nº 93 – Outubro/Dezembro de 1994.

XAVIER, M.E., RIBEIRO, M.L.; NORONHA, O.M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS:

Eu, professora da Universidade Presidente Antonio Carlos, mestranda em Educação e Sociedade pela mesma instituição, estou desenvolvendo um trabalho de pesquisa nesta escola com o intuito de obter informações sobre a relação entre a família e a escola. Sua cooperação será de grande valor.

Atenciosamente,

Maria Olímpia Beatriz Santos

- 1) O que é a Escola?
- 2) Como é a sua relação com a Escola?
- 3) Você acha importante sua presença na Escola? Por que?
- 4) Quais as dificuldades que você encontra na sua relação com a Escola?
- 5) Que contribuição você poderia dar a Escola do seu filho(a)?
- 6) Deseja acrescentar algum questionamento, sugestão, crítica para o desenvolvimento deste trabalho? (opcional).

ANEXO B

ENTREVISTA COM O DIRETOR

Eu, professora da Universidade Presidente Antonio Carlos, mestranda em Educação e Sociedade pela mesma instituição, estou desenvolvendo um trabalho de pesquisa nesta escola com o intuito de obter informações sobre a relação entre a família e a escola. Sua cooperação será de grande valor.

Atenciosamente,

Maria Olímpia Beatriz Santos

- 1) O que é a Escola?
- 2) Como é a sua relação com as Famílias dos alunos desta Escola?
- 3) Você acha importante a presença da Família na Escola? Por que?
- 4) Quais as dificuldades que você encontra na sua relação com a Família?
- 5) Enquanto diretor (a) que contribuição você poderia dar as Famílias das crianças que estudam nesta Escola?
- 6) Deseja acrescentar algum questionamento, sugestão, crítica para o desenvolvimento deste trabalho? (opcional).

ANEXO C

ENTREVISTA COM OS PEDAGOGOS

Eu, professora da Universidade Presidente Antonio Carlos, mestranda em Educação e Sociedade pela mesma instituição, estou desenvolvendo um trabalho de pesquisa nesta escola com o intuito de obter informações sobre a relação entre a família e a escola. Sua cooperação será de grande valor.

Atenciosamente,

Maria Olímpia Beatriz Santos

- 1) O que é a Escola?
- 2) Como é a sua relação com as Famílias dos alunos desta Escola?
- 3) Você acha importante a presença da Família na Escola? Por que?
- 4) Quais as dificuldades que você encontra na sua relação com a Família?
- 5) Enquanto pedagogo (a) que contribuição você poderia dar as Famílias das crianças que estudam nesta Escola?
- 6) Deseja acrescentar algum questionamento, sugestão, crítica para o desenvolvimento deste trabalho? (opcional).

ANEXO D

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES () SÉRIES INICIAIS () SÉRIES FINAIS

Eu, professora da Universidade Presidente Antonio Carlos, mestranda em Educação e Sociedade pela mesma instituição, estou desenvolvendo um trabalho de pesquisa com o intuito de obter informações sobre a relação entre a família e a escola. Sua cooperação será de grande valor.

Atenciosamente,

Maria Olímpia Beatriz Santos

- 1) O que é a Escola?
- 2) Como é a sua relação com as Famílias dos seus alunos?
- 3) Você acha importante a presença da Família na Escola? Por que?
- 4) Quais as dificuldades que você encontra na sua relação com a Família?
- 5) Enquanto professor (a) que contribuição você poderia dar as Famílias dos seus alunos?
- 6) Deseja acrescentar algum questionamento, sugestão, crítica para o desenvolvimento deste trabalho? (opcional).